

Classes Sociais e Trajectórias Intergeracionais ¹

Dulce Maria Magalhães

INTRODUÇÃO

Estudar as classes sociais numa determinada sociedade exige, antes de mais, conhecermos as características sócio-económicas, ideológicas e político-jurídicas da sociedade em estudo. Numa óptica teórica clássica, não poderíamos deixar de ter em conta a interrelação destes três níveis, considerados como fundamentais para um correcto posicionamento social dos agentes sociais, isto é, para o estudo da distribuição dos agentes pelos lugares de classe numa determinada estrutura social. Desta forma, não poderíamos deixar de tomar como ponto de partida a pertença de classe dos indivíduos estudados nem tão pouco a sua classe de origem, já que o estudo sobre trajectórias sociais de classe passa por um confronto de posições sociais, entre gerações (trajectórias intergeracionais), e/ou entre momentos diferentes na mesma geração (trajectórias intrageracionais), nem tão pouco de tentar identificar as estratégias subjacentes à adequação dos agentes aos lugares de classe.

Contudo, e como de resto será de fácil entendimento, em termos práticos nem sempre se torna possível o recurso à articulação dos três níveis

¹ Este artigo tem essencialmente por base um dos capítulos da dissertação integrada nas Provas de Capacidade Científica e defendida pela autora em Julho de 1994, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

acima referidos, uma vez que este procedimento metodológico exige, porque complexo, um período de análise demasiado dilatado no tempo, bem como um orçamento condizente; desta forma, optámos por uma via mais «modesta», tendo em conta os escassos recursos disponíveis para este fim, mas tão rigorosa quanto possível.

Como veremos adiante, o conceito de trajectória social revela-se-nos como o mais pertinente para centrar este tipo de estudo que pretendemos realizar, já que, como refere J. F. de Almeida, «*permite com efeito, analisar simultaneamente o processo de transformação histórica dos lugares e dos agentes que os ocupam (e desocupam)*»². Para tal, torna-se central a noção de classe, já que é a partir desta noção que poderemos estabelecer marcos significativos no traçado duma trajectória social — motivo pelo qual no próprio desenvolvimento deste trabalho atribuímos centralidade ao conceito de classe, recorrendo a contributos vários, uma vez que é partindo desse conceito que poderemos equacionar outros planos afins, e a ele forçosamente ligados, como será o caso de trajectórias, percursos, projectos, etc.

1. Definição e enquadramento do objecto de estudo

A evolução da estrutura social de uma dada sociedade é produto do dinamismo inerente a interacções e/ou tensões existentes entre diferentes níveis que compõem a sociedade; estrutura social global e estruturas regionais parciais estão, portanto, imbricadas umas nas outras, fazendo-se sentir uma acção recíproca entre elas. Deste modo, o conjunto de transformações ocorridas em Portugal, a nível económico, social, político e cultural, nomeadamente a partir de 1974, têm contribuído sobremaneira para a evolução da estrutura social portuguesa e em particular — centro de interesse do nosso estudo — para a evolução do sistema de classes sociais. Apesar de conferirmos importância a esta problemática, não nos iremos deter no seu desenvolvimento; fica, no entanto, a nota relativa à repercussão da evolução do contexto sócio-económico, político e cultural na evolução do sistema de classes sociais, reflectido, por exemplo, numa maior ou menor permeabilidade de agentes sociais em classes ou fracções de classes diferentes das da sua origem. Importa-nos, sobretudo, a este nível, determo-nos

² J. F. DE ALMEIDA, *Classes Sociais nos Campos*, Lisboa, ICS, 1986, pp. 86. 174

atentamente no estudo das trajectórias intergeracionais, contextualizadas numa óptica de *movimentação* social. Por outras palavras, analisámos a maior ou menor facilidade e frequência com que os indivíduos transitam da classe de origem para outra classe — dita de pertença — no interior do sistema de classes; propusemo-nos desta forma, avaliar o grau de maleabilidade da estrutura de classes e as relações recíprocas entre transformações sociais e trajectórias sociais de classe. Desta forma, partimos de uma interrogação central, porque subjacente a todo este estudo: como se caracterizam as trajectórias intergeracionais actualmente no nosso país? Supondo que o *movimento* social toca, pelo menos de perto, as trajectórias seguidas pela segunda geração, face a primeira, importa — sempre que possível — o seu sentido (ascendente/descendente) e a sua direcção (outras fracções da mesma classe ou mesmo classes diferentes), sem, contudo, perder de vista uma possibilidade de não *movimento*, e portanto, pautada teoricamente por parâmetros *reprodutores*.

Partindo da hipótese de que estamos a assistir presentemente, na nossa sociedade, a um declínio das classes ditas tradicionais, em particular ligadas ao sector agrícola³, e a uma eventual estagnação relativa ao sector industrial, em simultâneo com o surgimento de novas profissões, nomeadamente relacionadas com o avanço das novas tecnologias⁴, torna-se pertinente tentar perceber sociologicamente este fenómeno que consideramos de cariz social, e que, porventura, se irá repercutir no alargamento substancial das chamadas classes médias, assunto que adquire alguma centralidade na vertente empírica levada a cabo.

³ Não será aqui abordado o alargamento do campesinato, contratendência observada no meio rural e que se traduz assim, não no alargamento das classes e fracções ligadas a este sector, mas sim no avanço da pluriactividade, tantas vezes acompanhada dum plurirrendimento. Para maior desenvolvimento deste assunto, poder-se-á obter uma boa perspectiva em J. MADUREIRA PINTO, *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos*, Porto, Afrontamento, 1985 e J. F. DE ALMEIDA, *Classes Sociais nos Campos*, op. cit.

⁴ Caberia aqui uma referência a João Ferrão, por exemplo, autor que aborda algumas das tendências que parecem estar presentes na nossa sociedade. Cfr. JOÃO FERRÃO, «Evolução e estrutura regional das classes sociais em Portugal (1960-70)», in *Finisterra*, XVII, 34, Lisboa, 1982, pp. 223-265; JOÃO FERRÃO, «Recomposição social e estruturas regionais de classes (1970-80)», in *Análise Social*, n.º 87-88-89, Lisboa, 1985, pp. 565-604; JOÃO FERRÃO, «Entender o actual processo de «terciarização»: das teses às dúvidas», in *Análise Social*, n.º 101-102, 1988, pp. 703-717; o mesmo assunto pode ainda ser encontrado em JOÃO FERRÃO, *Serviços e Inovação — Novos Caminhos para o Desenvolvimento Regional*, Oeiras, Celta Editora, 1992.

2. Metodologia

Para a exequibilidade deste trabalho recorreremos essencialmente, por um lado, a contributos teóricos de base, bem como a novas apostas teóricas daqueles derivadas, cujo objectivo assenta sempre num aperfeiçoamento tendo em conta novas influências, novos vectores que, mais frequentemente do que se poderá pensar, nos últimos anos têm mesmo protagonizado mudanças significativas; por outro lado, e porque a nossa análise empírica se centra na Área Metropolitana do Porto, recorreremos, enquanto instrumento privilegiado, a um inquérito por questionário aplicado a uma amostra populacional dessa mesma área — espaço urbano, e como tal, lugar privilegiado de mudança e inovação cultural, política, social e económica — foco importante de análise no que concerne a transformações sociais em geral e a fluxos de actividades em particular, diversos e difusos e até mesmo contraditórios no que respeita à classificação diferenciada dos indivíduos/grupos sociais num sistema de classes sociais ⁵. Convém deixar claro que o referido inquérito foi realizado no âmbito do interesses do C.R.A.T. — Centro Regional de Artes Tradicionais — e por conseguinte, foi utilizado por nós, no âmbito de uma **análise secundária** e enquanto vertente prática dum corpo teórico que a precede, assente acima de tudo, no conceito de classe cuja centralidade, julgamos, permite o enquadramento teórico que se deseja.

Deste modo, pretendemos, com base num conjunto de factos e informações particulares, tentar apreender a significação global do conjunto, no que se refere ao estudo das classes sociais e trajectórias intergeracionais circunscritas à amostra base.

Conscientes da não transparência e da complexidade de relações, interacções, correlações e até mesmo de tendências que ocultam forças, actuando por vezes de modo contraditório, propusemo-nos atingir, senão conclusões explicativas a fim de evidenciar um sistema de relações entre fenómenos sociais directamente ligados ao tema, pelo menos novos elementos que contribuam para um re-questionamento mais preciso, profundo e objectivo desta problemática.

⁵ Lembremos, por exemplo, os casos de pluriactividade, nomeadamente entre o sector agrícola e o industrial, que não só não deixaram de existir, mas que têm ressurgido com forte significado e contribuído mesmo para o desenvolvimento da chamada economia subterrânea — J. F. DE ALMEIDA e J. MADUREIRA PINTO são autores, entre outros, que abordam esta temática.

I. CLASSES E TRAJECTÓRIAS

ENSAIO PARA UMA RECONVERSÃO ANALÍTICA

1. Introdução

Como se sabe, todo o indivíduo nasce no seio duma determinada família que o irá dotar, desde o seu nascimento, com aptidões para o desempenho social que lhe será exigido. Consequentemente, a educação e a socialização de que o indivíduo será alvo, processar-se-ão, em primeira instância, em função das características sociais familiares, ou, por outras palavras, em função da sua origem social. Assim, desde que nasce até que morre, o indivíduo irá desenhar uma espécie de linha, contínua e abstracta, que permite ou facilita a sua identificação social em termos de potencialidades a serem ou não desenvolvidas. A essa linha, chamámo-lhe trajectória social; o que daqui ressalta como passível de ser pertinentemente estudado é a evolução dessa trajectória; referimo-nos, assim, ao estudo comparativo, de picos positivos, negativos ou nulos, em termos de movimentação social relativamente à geração anterior, de forma a ser possível detectar eventuais alterações significativas entre pertença de classe e classe de origem.

Foi o que nos propusemos estudar ao abraçar este tema tão vasto quanto complexo: *classes sociais e trajectórias intergeracionais*. O nosso interesse primeiro — abordagem das trajectórias intergeracionais — poder-se-ia, de certa forma, prender aos parâmetros inerentes à mobilidade social. Contudo, um rigor científico mais exigente, de que não nos quisemos alhear, levou-nos à moderação. Desta forma, não sendo líquida, *à priori*, a existência de mobilidade social entre duas gerações sucessivas, quer no sentido ascendente, quer no sentido descendente, uma vez que podemos estar perante um fenómeno de reprodução social, julgámos mais pertinente estudar o *desenho* das trajectórias, para, *à posteriori*, o entendermos em termos de mobilidade ou reprodução social.

Assim, o que se dirá de seguida explicará a primeira parte do título do nosso trabalho, pois só nos foi possível chegar a algumas pistas clarificantes, a partir do traçado inicial das *classes sociais*. O problema que desde logo se colocou prendeu-se à definição das classes sociais, isto é, à demarcação de fronteiras de umas relativamente às outras, uma vez que a inexistência de homogeneidade interna a cada uma das tradicionais classes sociais — referimo-nos, com base na terminologia marxista, à Burguesia, Pequena

Burguesia e Proletariado — arrasta consigo algumas dificuldades em precisar, de forma inequívoca, rupturas sociais cientificamente aceites e inquestionáveis. Se é pacífica a pertença a uma classe precisa no caso de algumas posições sociais, outras haverá que suscitam dúvidas *à priori*. A aumentar esta dificuldade está precisamente o crescimento da(s) classe(s) média(s) urbana(s). A este propósito, refira-se que: «(...) *pelo menos as principais sociedades democráticas do mundo ocidental fundam-se numa, cada vez mais alargada, classe média. (...) [e] mediante a reforma do sistema escolar, o poder político em Portugal promove o seu crescimento...*»⁶

É precisamente a tendência alargada, pelo menos aparentemente visível, desta «massa» a que se convencionou chamar classe(s) média(s), que justifica o estudo empírico sobre trajectórias intergeracionais⁷. O que à partida poderia ser alvo dum entendimento teórico uniformizante, perde de imediato consistência, mediante um «olhar» prático, realçado pelas inúmeras diferenciações internas. Desta heterogeneidade inequívoca, e cada vez mais patente, tem-se vindo a dar conta através do fraccionamento da Pequena Burguesia, conforme se poderá verificar posteriormente.

Então, o que à partida nos poderia induzir a tratar de forma mais ou menos homogénea uma grande classe, revela-se mercê dum tratamento

⁶ A. TEIXEIRA FERNANDES, «Sistema Político e Sociedade Global em Portugal», in *Arquipélago — Revista da Universidade dos Açores*, Ponta Delgada, Série Ciências Sociais, n.º 5, 1990, p. 32.

⁷ Não pretendemos com isto dizer que o estudo das trajectórias intergeracionais não se aplique à globalidade das classes sociais enquanto estatuto teórico. Contudo, não podemos deixar de realçar, como hipótese, uma expectativa positiva em encontrar trânsitos sociais registados com peso significativo entre algumas das fracções da Pequena Burguesia. Diríamos que, é por nós esperada uma maior frequência destes casos do que propriamente trânsitos registados entre as classes sociais *per se*. Tudo ficará, no entanto, sujeito a confirmação, mais adiante.

⁸ Acreditamos que, a ter-se em linha de conta apenas os três *pacotes* classistas clássicos, não se registariam, com o mesmo peso, as movimentações sociais existentes na realidade e que se pautam, por exemplo, frequentemente pela aquisição, numa segunda geração, de graus de instrução superiores relativamente à primeira geração. Casos destes, ilustram a passagem — o trânsito — duma fracção da Pequena Burguesia para outra, conforme explicitaremos de forma mais detalhada mais adiante. Como facilmente se constata, esta situação exemplar para a explanação do nosso raciocínio demonstra, cremos, a impossibilidade de a detectar ao termos em linha de conta apenas os três *pacotes* classistas tradicionais, enquanto que perante uma diferenciação fraccionada interna a cada uma das classes sociais se nos ressaltam trânsitos que eventualmente se vão configurando com pesos cada vez mais significativos para o contexto actualmente vivido.

diferenciado ⁸, já que se apresenta fortemente clivada internamente, sendo que essas clivagens, fraccionamentos, resultam de práticas sociais, hábitos e automatismos também diferentes. Aqui, Bourdieu parece-nos contribuir com uma abordagem teórica privilegiada. Note-se que, é no seio desta grande e eclética classe que a vivência escolar bem como o entendimento que se faz da escola, mais se diferencia; por contraposição, lembremos, embora de passagem, a referência bourdiana à escola, no que se refere às burguesias, para quem a escola não será mais do que a reconversão instituída dos seus múltiplos capitais, sem nada acrescentar, já que a legitimação da ocupação dum patamar superior da hierarquia não estaria posta em causa em momento algum; por outro lado, para as classes populares, esta instituição quase numa forma unilinear — salvaguardando-se contudo ténues usos diferenciados que eventualmente possam ser registados — nada acrescenta à sua condição social menos privilegiada, não sendo mesmo procurada a frequência escolar enquanto estratégia de ascensão social ⁹. Para a Pequena Burguesia em geral — vulgo classe média — vamos encontrar estratégias diferenciadas no que respeita ao recurso à escola, e que se pautam por uma procura evidente de ascensão social — aqui não podemos deixar de evidenciar, uma vez mais, as fracções internas a esta classe, onde iremos registar práticas sociais diversas. Note-se que a procura dum investimento de que é alvo uma segunda geração dentro de fracções específicas da Pequena Burguesia, passa obrigatoriamente pela frequência bem sucedida dos patamares mais elevados da instituição escolar; daí algumas fracções se pautarem por este tipo de trajectória — estratégia ¹⁰ ao seu alcance para se promoverem socialmente, através da descendência, e por conseguinte crescerem, paulatinamente, em termos ascensionais. Como se poderá perceber, estamos na presença dum (tímido) movimento ascensional, que se circunscreve, contudo, à mesma classe — a Pequena Burguesia. Desta forma, o que tomado como classe não se revelaria como significativo para o nosso estudo, ao ser tratado de forma a comportar as diferenças internas de modo a demarcarem-se fraccionamentos pertinentes, revela-se-nos como a passagem numa fracção para outra caracterizada essencialmente pela posse dum título universitário; neste caso

⁹ Cfr. P. BOURDIEU, *La Distinction — Critique Sociale du Jugement*, Paris, Éditions de Minuit, 1979.

¹⁰ Parece-nos fundamental o trabalho, no sentido da profissão ou ocupação, enquanto irradiador de práticas e projectos sociais mais ou menos consonantes, bem como as aspirações articuladas ao trajecto socioprofissional enquanto determinantes da procura de bens escolares.

preciso, somos levados a considerar tratar-se duma trajectória ascendente, fundamentando o nosso raciocínio na hierarquia traçada com base no grau de instrução, e apenas neste. É óbvio que este novo posicionamento, esta pertença de classe, de certa forma demarcada já da classe de origem poderá arrastar consigo uma re-socialização centrada no trabalho e, conseqüentemente, um re-equacionamento das práticas sociais tentando-se uma afinidade consonante com o lugar de classe ocupado¹ *.

2. Classes médias — (re)equacionamento teórico

Antes de passarmos à vertente empírica deste trabalho, lembraríamos que é partindo de algumas posições teóricas que têm surgido a propósito da problemática da(s) classe(s) média(s) — já que é com base em aperfeiçoamento teóricos tentados a partir delas — que foi elaborada a grelha teórica de análise de que lançámos mão para a abordagem procedida neste estudo. Diga-se, no entanto, que o busílis da questão, no que respeita à elaboração duma grelha teórica de análise às classes sociais, fica a dever-se essencialmente ao crescimento da(s) vulgarmente chamada(s) classe(s) média(s)¹², as quais remetem para o grande, e cada vez mais complexo, porque heterogéneo, bloco da Pequena Burguesia. É precisamente o crescimento desmedido deste bloco, tradicionalmente inerente ao modo de produção simples de mercadorias e portanto abarcando apenas os

¹ É neste caso específico e noutros casos análogos, que encontramos as clivagens comportamentais referidas por Bourdieu. Estas fracturas, outra forma de denominar o fenómeno, ficam-se dever ao salto dado dumas fracções para outras, e correm riscos de se tornarem tanto mais agudas quanto maior o segmento ascendido da trajectória. O caso limite verifica-se aquando duma mobilidade ascendente inter-classes propriamente ditas — atente-se, por exemplo, na importância dos vários *saberes* inculcados inicialmente pela família de origem e traduzidos em práticas sociais nem sempre consonantes com a classe de pertença.

² Sobre este assunto torna-se interessante um artigo onde se questiona a existência da(s) classe(s) média(s) em Portugal, e por inerência, os valores predominantes deste bloco em nada uniforme. Daqui resultaram depoimentos de cinco especialistas vários, que caracterizam a(s) classe(s) média(s) como «um influente bloco social» (J. MADUREIRA PINTO), «elemento de estabilização» (BAQUERO MORENO), «classe sanduíche» unificada pelos rendimentos (ARMANDO CASTRO), sujeita à «proletarização [que] espreita em situação de crise» (A. ROMA TORRES) e como algo que se «agarra ao passado e perde privilégios» (ANA MARIA BRAGA DA CRUZ). Cfr. Vários, «Classe média existe em Portugal?» in *Jornal Notícias, Suplemento de Domingo*, 29 de Outubro de 1989, pp. 4-7.

trabalhadores por conta própria, não assalariados e não-patrões, ramificado actualmente pelo assalariamento ¹³, que complica as conclusões impedindo a elaboração de uma grelha teórica aceite como definitiva e acabada, pelo menos para um determinado período. Isto é, a problemática das «classes médias» é complexa e contraditória, afirmando-se mais pela heterogeneidade teórica de perspectivas do que propriamente pela unanimidade e pelo consenso. O problema assume uma maior envergadura se pensarmos nas tentativas de discussão neo-marxistas ¹⁴ das «classes médias» que só por si demonstram os novos contributos avançados por esta orla do marxismo que, apesar de pretenderem salvaguardar o esquema conceptual marxista de base, sustentam uma posição de inovação ao procurarem preencher o vazio teórico entre a análise marxiana dos modos de produção, abstracta e polarizada, e a análise complexa das classes e dos agentes com base em conjunturas políticas e históricas específicas. Parece inconcebível supor no capitalismo contemporâneo um esquema polarizado marxista tal como foi delineado. A complexificação, a segmentação e a terciarização justificam novas desigualdades que ultrapassam a mera dissociação entre aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que não têm acesso aos bens económicos. A venda da força de trabalho em troca da obtenção de um salário para a sobrevivência é insuficiente, e a sua insuficiência assume novos contornos. Os rendimentos e o acesso ao consumo adicionam-se como elementos de uma nova escala de desigualdades. No entanto, a conceptualização das classes médias é problemática e reflecte os vários esquemas de resposta neo-marxistas ¹⁵.

¹³ Note-se que o assalariamento aqui em questão é um produto do desenvolvimento duma formação social capitalista cuja evolução implica algumas transformações estruturais destacando-se a complexificação de hierarquias várias de poder dentro da empresa e a dissociação entre propriedade legal, propriedade económica e posse — afinal funções do capital. Cf. O. WRIGHT, *Classe, Crise e Estado*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981, pp. 63-69.

¹⁴ Reflectindo sobre a importância da problemática das classes médias, as tentativas neo-marxistas assumem-se pela necessidade de avaliar a estrutura de classes e a luta de classes não nos mesmos moldes clássicos do marxismo mas conscientes da complexidade estrutural classista das sociedades capitalistas actuais e de novos fenómenos como o protagonismo das classes médias.

¹⁵ Não é nossa intenção proceder, neste espaço, a um levantamento sobre as propostas teóricas inerentes a esta temática. Ficamo-nos apenas pelo registo do que consideramos fundamental para uma melhor compreensão da grelha de análise adoptada por nós, e que só foi possível — quanto a nós — através duma série de aperfeiçoamentos a partir, precisamente, da proposta de João Ferrão, inspiradas, por seu turno, na de Poulantzas, e onde poderão ser encontrados desenvolvimentos teóricos inerentes à tentativa de perceber teoricamente os

Como se pode constatar, as respostas obtidas são difíceis e peremptoriamente inexistentes mas as certezas quanto à ambiguidade, à complexidade e a diversidade de trajectórias e de origens de classe são seguras, especificamente nas novas fracções destas classes, permitindo-nos questionar, se serão motores de mudança social e de mobilidade ascendente, ou, pelo contrário, factores de reprodução social.

Não obstante tentativas pertinentes em dar solução teórica empiricamente aceitável e operacionável à ascensão deste bloco heterogéneo, o problema não se apresenta resolvido, pelo menos duma forma definitiva e consensual. Vão surgindo, contudo, contributos de extrema importância para o avanço teórico que se pretende dar nesta área.

3. Que alternativa? — A opção teórica encontrada

Chegámos então ao momento crucial da nossa questão: que grelha teórica adoptar, para o estudo que nos propusemos realizar.

Seguindo de perto os pressupostos teóricos de N. Poulantzas tal como João Ferrão, Ferreira de Almeida, A. Firmino da Costa e F. Luís Machado¹⁶ esboçaram uma tipologia de classes e fracções, utilizando uma matriz de

momentos de ruptura entre as classes na sociedade actual. Assim, para um estudo mais completo do assunto em questão, poder-se-á recorrer, entre outros a: O. WRIGTH, *Classe Crise e Estado*, op. cit, pp. 29-101; O. WRIGTH, «O que é neo e o que é marxista na análise neo-marxista das classes?», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 12, Coimbra, Outubro, 1983, pp. 9-40; N. POULANTZAS, *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978; J. Mozzicafreddo, «Sobre a teoria das classes sociais», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 6, Coimbra, Maio 1981, pp. 5-46; CIDÁLIA QUEIROZ, *Elementos de Reflexão sobre a(s) Teoria(s) das Classes Sociais*, Trabalho de Síntese, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Faculdade de Economia do Porto, Dezembro, 1989; SERGE MALLET, *La Nouvelle Classe Ouvrière*, Paris, 1963; BOTTOME, *As Classes na Sociedade Moderna*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

¹⁶ Cfr. J. F. DE ALMEIDA, A. F. DA COSTA e F. L. MACHADO, «Famílias, estudantes e universidade», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 4, Lisboa, Maio, 1988, pp. 14 e 42 (nota 10). Lembramos que Poulantzas, com a sua conceptualização teórica, «abriu caminho» a novos aprofundamentos, do qual, por exemplo, este (J. F. DE ALMEIDA et ai.) é o mais aperfeiçoado, gozando de um melhoramento bem enquadrado na nossa realidade portuguesa actual, já que tem em linha de conta alterações significativas à estrutura social com implicações directas nas classificações classistas dos agentes sociais.

conversão idêntica¹⁷. Salieta-se, contudo, um avanço revelado nesta matriz, ao dar-se conta, particularmente, de diferenciações internas, renomeadas, em fracções específicas, o que permite uma maior aproximação teórica à realidade concreta estudada. Assim, a partir de duas variáveis primárias básicas — profissão e situação na profissão¹⁸, foram encontrados os fraccionamentos julgados pertinentes. Desta forma, para a construção dos lugares de classe dos indivíduos manteve-se uma estrutura tripartida básica das classes sociais, tal como tem sido proposta recentemente, mas tentou-se ir mais além, ao serem tidas também em atenção as *«actuais tendências de reconfiguração da estrutura de classes (incluindo a importância crescente de novas fracções de classe e as oscilações quanto ao posicionamento relativo e ao reagrupamento de algumas delas»*¹⁹. Obteve-se assim, a Tipologia das classes e fracções de classe, e com base nela a matriz de construção dos lugares de classe dos indivíduos, respectivamente nas Tabelas 1 e 2. A partir daqui construiu-se uma matriz final, que permite o «tratamento» de classe do grupo doméstico (Tabela 3)²⁰.

É esta última tabela que nos possibilita encontrar a pertença de classe do grupo doméstico — classificação classista — bem como cruzar gerações sucessivas (origem de classe/classe de pertença) com vista a detectar o desenho das trajectórias intergeracionais.

O que acabámos de referir tem importância, porquanto no trabalho empírico que levámos a cabo, seguimos de perto a proposta teórica da equipa em questão. Desta forma, a preocupação que norteou e possibilitou a vertente empírica deste trabalho esteve muito mais na aplicabilidade prática duma matriz de construção dos lugares de classe do que na criação da mesma. É,

¹⁷ Cfr. JOÃO FERRÃO «Evolução e estrutura regional das classes sociais em Portugal (1960-70)», art.º cit., p. 262 e FERREIRA DE ALMEIDA et al., «Famílias, estudantes e universidade», art.º cit., p. 15.

¹⁸ De notar que para o caso específico dos reformados e dos desempregados, teve-se em linha de conta a última profissão exercida.

¹⁹ J. F. DE ALMEIDA et al., «Famílias, estudantes e universidade», art.º cit., p. 15.

²⁰ A primeira versão da tipologia desta equipa foi publicada em J. F. DE ALMEIDA et al., «Famílias, estudantes e universidade», art.º cit., pp. 14-16; melhoramentos posteriores foram introduzidos e publicados no seguinte artigo da mesma equipa: «Estudantes e amigos — trajectórias de classe e redes de sociabilidade», art.º cit., p. 221. Por uma questão prática, optámos por imprimir as tabelas com que trabalhámos, remetendo assim a leitura para a fonte primária, caso seja pretendido um exame mais detalhado da evolução da trajectória do estudo.

TABELA 1 — Tipologia classificatória das classes e fracções de classe *

Classes	Categorias Sócio-Profissionais	Classes e Fracções de Classe (Considerando a pluriactividade)	
		Sigla	Significado
Burguesia (B)	Padrões	BEP	Burguesia Empresarial e Proprietária
	Directores e Quadros Dirigentes e Profissionais Liberais	BDP	Burguesia Dirigente e Profissional
	Quadros Intelectuais e Científicos	PBIC	Pequena Burguesia Intelectual e Científica
	Técnicos e Quadros Intermédios	PBTEI	Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento Intermédio
	Trabalhadores Independentes	PBIP	Pequena Burguesia Independente e Proprietária
	Agricultores	PBA	Pequena Burguesia Agrícola
	Pequena Burguesia (PB)	Empregados executantes	PBPA
		PBAP	Pequena Burguesia Agrícola Pluriactiva
		PBE	Pequena Burguesia de Execução
		PBEP	Pequena Burguesia de Execução Pluriactiva
		01	Operariado Industrial
Operariado (O)	Operários	OA	Operariado Agrícola
		OIA	Operariado Industrial e Agrícola
		OP	Operariado Pluriactivo

* Tabela construída por J. F. DE Almeida, A. F. DA Costa e F. L. Machado, cuja primeira versão foi publicada em «Famílias, estudantes e universidades», in *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º 4, 1988, p. 14 e as alterações produzidas pelos mesmos autores publicaram-se em «Estudantes e amigos - trajectórias de classe e redes de sociabilidade», in *Análise Social*, n.º 105-106, Lisboa, 1990, p. 221.

então, dentro deste contexto teórico que serão apresentadas algumas situações básicas de trajectórias intergeracionais *moventes*.

TABELA 2 — Matriz de construção dos lugares de classe dos indivíduos

Grupos de Profissões *	Situação na Profissão	Patrões	Trabalhador por conta própria	Trabalhador por conta de outrem
Subgrupos superiores de 0. e 1		BEP	BDP	PBIC
2.		BEP	BDP	BDP
Subgrupos inferiores de 0. e 1.; 3.0, 3.5; 4.0-4.2; 5.0-5.2		BEP	PBIP	PBTEI
3.1-3.4; 3.6-3.9; 4.3-4.9; 5.3-5.9		BEP	PBIP	PBE
6.0		BEP	PBA	PBTEI
6.1-6.4		BEP	PBA	OA
7.0		BEP	PBIP	PBTEI
7.1-9.9		BEP	PBIP	OI

* Classificação Nacional de Profissões, 1980.

Por outro lado, o suporte teórico que adoptámos dá conta duma série de clivagens internas a cada uma das três grandes classes. Por gozar de sistematicidade visível dentro dos parâmetros teóricos encontrados para o momento presente ²¹, e por abranger os fundamentos teóricos por nós considerados mais pertinentes, e finalmente por ser uma aposta nova e aperfeiçoada tendo em linha de conta, como já foi mencionado, as actuais tendências de recomposição social, optámos por esta grelha enquanto fio condutor de algumas constatações sociológicas reais que só foram possíveis porque integradas neste corpo teórico específico.

²¹ Temos consciência que nestas matérias nada é dado como acabado e definitivo, motivo reforçado pela captação de alguns fraccionamentos internos a fracções de classe específicas, e que no momento do nosso tratamento empírico ainda apenas se esboçavam de forma ténue. É o caso particular de PBE dada a sua grande heterogeneidade interna.

TABELA 3 — Matriz de construção dos lugares de classe de família/classe de origem

186

M \ H	BEP	BDP	PBIC	PBTEI	PBE	PBIP	PBA	PBAP	PBPA	PBEP	01	OA	OP	OIA
BEP	BEP	BEP	BEP	BEP	BEP	BEP	BEP	BEP	BEP	BEP	BEP	BEP	BEP	BEP
BDP	BEP	BDP	BDP	BDP	BDP	BDP	BDP	BDP	BDP	BDP	BDP	BDP	BDP	BDP
PBIC	BEP	BDP	PBIC	PBIC	PBIC	PBPA	PBAP	PBAP	PBPA	PBIC	PBIC	PBIC	PBIC	PBIC
PBTEI	BEP	BDP	PBIC	PBTEI	PBTEI	PBPA	PBAP	PBAP	PBPA	PBTEI	PBTEI	PBTEI	PBTEI	PBTEI
PBE	BEP	BDP	PBIC	PBTEI	PBE	PBPA	PBAP	PBAP	PBPA	PBEP	OP	OP	OP	OP
PBIP	BEP	BDP	PBPA	PBPA	PBPA	PBIP	PBAP	PBAP	PBPA	PBPA	PBPA	PBPA	PBPA	PBPA
PBA	BEP	BDP	PBAP	PBAP	PBAP	PBAP	PBA	PBAP	PBAP	PBAP	PBAP	PBAP	PBAP	PBAP
PBAP	BEP	BDP	PBAP	PBAP	PBAP	PBAP	PBAP	PBAP	PBAP	PBAP	PBAP	PBAP	PBAP	PBAP
PBPA	BEP	BDP	PBPA	PBPA	PBPA	PBPA	PBAP	PBPA	PBPA	PBPA	PBPA	PBPA	PBPA	PBPA
PBEP	BEP	BDP	PBIC	PBTEI	PBEP	PBPA	PBAP	PBAP	PBPA	PBEP	OP	OP	OP	OP
01	BEP	BDP	PBIC	PBTEI	PBEP	PBPA	PBAP	PBAP	PBPA	PBEP	01	OIA	OP	OIA
OA	BEP	BDP	PBIC	PBTEI	PBEP	PBPA	PBAP	PBAP	PBPA	PBEP	OIA	OA	OP	OIA
OP	BEP	BDP	PBIC	PBTEI	PBEP	PBPA	PBAP	PBAP	PBPA	PBEP	OP	OP	OP	OIA
OIA	BEP	BDP	PBIC	PBTEI	PBEP	PBPA	PBAP	PBAP	PBPA	PBEP	OIA	OIA	OP	OP

Dulce Maria Magalhães

A classe de família foi determinada da seguinte forma: se Ego é casado considera-se Ego e cônjuge; se Ego é solteiro ou separado, mas activo considera-se apenas Ego; se Ego é solteiro ou separado mas não activo, considera-se pai e mãe de Ego,

II. CONTRIBUTOS EMPÍRICOS PARA UMA PERSPECTIVA TEÓRICA

1. Acerca do itinerário empírico-metodológico

Antes de procedermos à análise dos resultados obtidos na investigação empírica, julgamos de toda a conviência clarificar algumas situações específicas, isto é, o percurso seguido para se chegar aos dados sobre os quais recaiu a nossa análise.

Sem nos alongarmos demasiadamente sobre o assunto, já que redundaria numa descrição escusadamente detalhada, lembraríamos, apenas, que a nossa análise às trajectórias intergeracionais recaiu, de forma secundária, nos dados resultantes dum «inquérito sobre práticas e consumos culturais na Área Metropolitana do Porto» aplicado a uma amostra representativa²² tendo estado a cargo duma equipa de investigação do Centro de Estudos e Documentação do Centro Regional de Artes Tradicionais (C.R.A.T.) em 1988²³.

A construção desta amostra por cotas foi baseada em cinco variáveis: sexo, idade, grau de instrução, concelho de residência²⁴ e grupos de profissão (incluindo não activos), tendo sido inquiridos 889 indivíduos com idades a partir dos 12 anos²⁵.

O único óbice por nós levantado à construção desta amostra assenta precisamente na delimitação inferior dos grupos etários — referimo-nos à integração, na amostra, de indivíduos cujas idades variam entre os doze e os dezassete anos. Pela baixa idade, e ainda

²² Sobre a construção da amostra, vd. HELENA SANTOS, *Pensar o Cultural: Itinerário para uma Reflexão*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, 1992, pp. 223-226.

²³ Apesar da elaboração do inquérito estar assente num esquema lógico bem montado, ressaltam, no entanto, algumas considerações importantes a serem feitas: 1.º apesar de não termos tido responsabilidade na elaboração do questionário, manifestámos o nosso acordo relativamente às questões que aqui interessam; 2.º registe-se, por outro lado, que uma amostra deste tipo à população portuense envolve encargos económicos não suportáveis pela nossa bolsa individual; desta feita, não tendo sido obtido nenhum subsídio que viabilizasse a vertente prática pretendida neste trabalho, e não querendo correr o risco de decepar esta nossa aposta, optámos por enveredar por uma análise secundária dos dados obtidos a partir do lançamento dum questionário a cargo duma instituição alheia; 3.º assim, passámos a integrar a equipa responsável a partir dum segundo momento, prestando colaboração no que respeita à codificação do questionário, bem como à elaboração de cruzamentos entre as variáveis escolhidas e construção de quadros.

²⁴ Para esta cota — concelho de residência — foram aplicadas as seguintes quantidades de questionários por concelho: Porto (266), Gaia (181), Matosinhos (122), Gondomar (131), Maia (18), Valongo (18), Póvoa (119), Vila do Conde (30), Espinho (4), o que totaliza os 889 questionários que constam da amostra construída para a Área Metropolitana do Porto.

²⁵ Não nos detivemos sobre a caracterização da amostra; para uma análise mais detalhada, vd. HELENA SANTOS, *Pensar o Cultural*, op. cit., pp. 230-236.

pelo facto do desenho trajectorial se apresentar nebuloso, não nos parece pertinente, para os objectivos que pretendemos analisar, a inclusão deste grupo etário. Contudo, pelas dificuldades atrás referidas, e pelo facto do peso relativo deste escalão ser reduzido (7,42% do total da amostra), optámos por proceder, ainda que com certas reservas metodológicas, à nossa análise secundária. Por outro lado, não é nossa pretensão inferir destes resultados para a restante população da Área Metropolitana do Porto, mas tão-só mostrar situações específicas de trajectórias «moventes» enquadradas teoricamente na complexa área da mobilidade social. Finalmente, não poderíamos deixar de alertar para o facto de que estão representadas na amostra em questão gerações com diferenças sociais quase abismais. Ainda assim, e pese embora a consciência que temos do facto, não é nossa preocupação enveredar por considerações que se pautam pelas diferenças contextuais que viram emergir situações novas — especificamente, poderá isto ser evidenciado pelo grau de instrução, que, como se sabe, graças a um combate contra a acentuada taxa de analfabetização, tem vindo a ver aumentado o seu nível mínimo de escolaridade. Tudo isto redundará num movimento inflacionário a nível de instrução, relativamente às gerações mais velhas.

4.2. Percurso empírico-demonstrativo

Começaríamos então o nosso percurso prático, precisamente pela análise do nível de instrução — Quadro I. Verificamos, deste modo, que para a nossa amostra prevalecem os casos com baixo nível de instrução, contando com cerca de 75% ²⁶, ao que se opõe uma ainda extremamente baixa frequência ou conclusão do ensino superior (7%).

²⁶ Sobre este quadro gostaríamos de chamar a atenção para duas questões particulares: 1.^a os três níveis de instrução em questão, sofreram o seguinte agrupamento: **Básico ou menos** inclui: sem diploma/ensino básico (completo); **Secundário ou Médio** inclui: ensino unificado (frequência)/9.º ano (completo)/complementar (frequência)/11.º ano (completo)/12.º ano (completo)/curso médio (completo ou frequência); Superior inclui curso superior (frequência ou completo). 2.^a julgamos que seria pertinente para a presente análise, a dissociação entre «básico» e os «sem diploma» — o que nos permitiria, uma vez cruzando esta situação com os grupos etários, vislumbrar o alcance sociológico do combate à analfabetização, uma vez que consideramos que esta localiza-se, tendencialmente e com maior peso, nos escalões etários mais avançados. Isto permitir-nos-ia fundamentar, com os resultados obtidos neste trabalho, uma deslocação ascendente a nível de instrução nas gerações mais novas, que a reflectir-se nos restantes níveis de instrução abriria novas pistas para o debate sobre o papel da escola no que respeita a trajectórias intergeracionais ascendentes, para o qual teria particular relevância o nível

QUADRO I- — Nível de instrução

	V.A.	%
Básico ou menos	663	74,58
Secundário ou médio	162	18,22
Superior	64	7,20

(N = 889)

Este contraste é tanto mais pertinente, porquanto ser passível a escola, nomeadamente os seus patamares superiores, conferir uma possibilidade de mobilidade social, procurada por parte significativa da população, especificamente e duma forma geral pelas fracções da Pequena Burguesia, e com maior incidência, arriscar-nos-íamos a afirmar, por parte de algumas fracções assalariadas desta classe. Todavia, e para não sermos tentados por uma ilusão de óptica que nos faria desviar da constatação de factos, ao recorrermos a um confronto entre o nível de instrução do inquirido e o dos pais (Quadro II), verificamos que predomina uma ascensão, isto é, em mais de metade dos casos. Contudo, pelo quadro anterior, ficamos elucidados não se pautar essa ascensão por um «salto» para o nível superior.

QUADRO II — Instrução de Ego face aos pais

	V.A.	%
Superior	490	55,12
Igual	256	28,80
Inferior	55	6,19
Indeterminável N. S. /N. R.	88	9,90

(N = 889)

Desta forma, tudo leva a crer, pelo menos neste momento, tratar-se duma ascensão paulatina, confinada, a maior parte das vezes, aos degraus do nível secundário; por outro lado, e apesar de não estarmos a confrontar diferenças contextuais a nível geracional e por conseguinte sermos impedidos de fundamentar a hipótese, não podemos deixar de admitir, face

superior. Não obstante esta dificuldade, o recurso a outros estudos realizados num contexto de observação mais alargado e actual, fundamenta, com alguma clareza, esta situação, como se verá adiante. Cfr. J. F. DE ALMEIDA, A. F. DA COSTA, F. L. MACHADO, «Recomposição socioprofissional e novos protagonismos», in ANTÓNIO REIS (coordenação), *Portugal, 20 anos de Democracia*, s.l., Circulo de Leitores, 1994, pp. 296-330.

aos resultados obtidos, que esta superioridade de instrução de Ego face aos pais se fica a dever essencialmente à inflação incidida no nível mínimo de escolaridade obrigatória, e não tanto a uma permeabilidade visível e inquestionável de agentes sociais «filhos» dum capital cultural e escolar relativamente baixo ou mesmo muito baixo, aos patamares últimos duma instituição, que apesar de tudo vai, parece-nos, conferindo prestígio e determinados privilégios a quem a percorre. A legitimar esta nossa hipótese, que num estudo específico correria o risco de se ver infirmada, está o ainda reduzido peso estatístico do ensino superior, como já se constatou pelo Quadro I, face ao peso relativo encontrado nos dois níveis de instrução anteriores: baixo e médio.

Valeria a pena lembrar estarmos a analisar os resultados obtidos numa amostra da população do Porto. Veja-se, por exemplo, que um estudo recente baseado no último recenseamento à população portuguesa, revela, justamente, e de forma fundamentada, por um lado o declínio da taxa de analfabetização, e, por outro, uma maior abertura à frequência e obtenção do nível superior — grau universitário ²⁷. Este aparente paradoxo, provavelmente ficar-se-á a dever, ao facto de estarmos perante dados obtidos apenas numa tiragem, o que nos impede de proceder a uma análise comparativa diacrónica. Esta, ao ser levada a bom termo relativamente à população portuguesa, permitiu, segundo os autores referidos, concluir duma maior abertura ao ensino universitário, face ao reduzidíssimo peso percentual registado nas décadas anteriores. Digamos que, esta inflação da frequência e obtenção de títulos universitários, fica-se a dever essencialmente a um défice fortemente significativo relativamente às décadas anteriores. Contudo, mais adiante abordaremos novamente, e doutra maneira, a pertinência do (re)equacionamento destas matérias, à luz das competências escolares, nomeadamente no que confere aos seus escalões superiores.

Tudo isto terá como corolário, e para já, uma indefinição quanto às trajectórias classistas intergeracionais, que, todavia, poderão ser clarificadas através do recurso a outros elementos. Seja como for, vai-se desde já esboçando um movimento face à escola, que sendo estrutural — acreditamos — poderá começar a dar sentido prático ao que duma forma sucinta foi referido anteriormente a propósito da abordagem bourdiana, que, contudo, ganhará maior visibilidade relativamente a fracções específicas da Pequena Burguesia, conforme teremos oportunidade de referir adiante.

²⁷ Cfr. J. F. DE ALMEIDA, A. F. DA COSTA, F. L. MACHADO, «Recomposição socioprofissional e novos protagonismos», art.º cit, nomeadamente as pp. 315-317.

Por outras palavras, diríamos que a escola, incorpora em si determinadas práticas sociais passíveis de se traduzirem, em casos específicos, em título escolar, e este, ao ser capitalizado, tende a consolidar ascensões sociais, ainda que paulatinas, e tanto mais concretas quanto mais elevado for o patamar escolar de chegada. Repare-se que, apesar duma certa dificuldade sentida em hierarquizar as diversas fracções de classe, admite-se, contudo, como passível de tradução económica, social e cultural, mobilidades bem sucedidas através da posse de diplomas universitários. O caso dos *Yuppies*²⁸, exemplifica com alguma clareza esta situação.

Como podemos constatar pela análise dos dois primeiros quadros, regista-se uma procura crescente da escola, que se fica a dever em primeira instância a alterações significativas de âmbito sócio-económico produzidas no contexto português e que têm a ver com a elevação da escolaridade mínima, entre outros; por outro lado, é de equacionar o papel da escola enquanto possibilidade real e consciente de ascensão social para fracções específicas da Pequena Burguesia. O gosto pela escola, a bem sucedida adaptação à escola, é passível de revelar um trabalho pedagógico familiar inculcador duma socialização²⁹ tendente à cristalização, viabilizando a interiorização duma trajectória social virtual futura ascendente — ou reprodutora a um nível superior e fortemente capitalizado em termos escolares institucionais, e com todas as repercussões a ela inerentes —

²⁸ Note-se que os *Yuppies* — categoria de jovens da classe média urbana — representam o exemplo por excelência representativo de aspirações que traçam projectos de ascensão social num período precário em termos económicos — anos 80 — protagonizando mesmo processos de mobilidade social ascendente bem sucedida e concretizada a nível profissional por intermédio de uma trajectória escolar também bem sucedida e concluída na Universidade — «*vértice obrigatório de passagem dos projectos mobilistas das classes médias*»; cfr. J. RESENDE e M. M. VIEIRA, «Subculturas juvenis nas sociedades modernas: os Híppies e os Yuppies», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 35, Coimbra, Junho 1992, pp. 19 e seg.

²⁹ A correlação estabelecida entre família e escola, pese embora uma ocorrência nem sempre paralela entre ambos, é um assunto que revela interesse teórico encontrado em vários autores, que seriam de referência quase obrigatória nesta área, como é o caso, por exemplo, de: P. BOURDIEU, *Les Héritiers*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1985; do mesmo autor et al., *A Reprodução*, Lisboa, Vega, s.d.; R. ITURRA, *A Construção Social do Insucesso Escolar*, Lisboa, Escher Publicações, 1990; M. FILOMENA MÓNICA, *Escola e Classes Sociais* (antologia), Lisboa, Presença/GIS, 1981; C. GOMES, «A interacção selectiva na escola de massas», in *sociologia Problemas e Práticas*, n.º 3, Lisboa, 1986, pp. 35-49.

Especificamente sobre «acção pedagógica» e «trabalho pedagógico familiar», pode-se recorrer ainda, e duma forma sintética, a: J. MADUREIRA PINTO, *Ideologias: Inventário Crítico dum Conceito*, Lisboa, Presença/GIS, 1978, pp. 111-113; P. ANSART, *Les Sociologies Contemporaines*, Paris, Éditions du Seuil, 1990, pp. 238-239 e 242-243.

consonante com um estilo de vida, também ele virtual e futuro, senão distintivo, pelo menos demarcado de outras classes ou fracções de classes, através das práticas sociais eleitas ou a eleger. Aqui, o que não raro vai tomando forma, é a antecipação ideológica ao trabalho numa espécie de antecipação ao mesmo, conforme ouvimos Madureira Pinto referir num dos seus cursos, e que se pauta por perguntas comuns, tão banais quanto este exemplo poderá evidenciar: «o que queres ser quando fores grande?»; ora, isto condiciona, como de resto não poderia deixar de ser, as crianças ao nível da aprendizagem na escola no sentido em que vão esboçando desde cedo uma relação sonhada com o trabalho, e, por conseguinte, perfilhando trajectórias como possíveis, por um lado, e sedimentando outras como virtualmente impossíveis ou desfavorecidas, por outro lado. O problema coloca-se com maior acuidade a partir do momento em que se torna vulgar, nas famílias, uma tentativa de construção nas crianças duma relação que ainda é predominantemente imaginária com o trabalho³⁰. E a este propósito, que faz sentido ter em linha de conta a actividade profissional como sendo, ainda hoje e segundo J. Ferreira de Almeida³¹, um dos núcleos estruturadores da vida dos indivíduos, em variadíssimas dimensões. Veja-se, por exemplo, que a estruturação de projectos sociais de vida passam justamente pela actividade profissional; daí, então, a pertinência para o nosso estudo das categorias socioprofissionais, porquanto mais aglutinadores dum conjunto, de certa forma disperso, de profissões várias registadas na amostra.

Assim, pelo Quadro 111 verifica-se que as categorias socioprofissionais dos inquiridos incidem com maior frequência nos operários (23%), ao que se seguem as domésticas (19%) e os empregados (17%). É abismal o fosso relativamente às categorias socioprofissionais mais prestigiadas socialmente, que rondam o 1%, não chegando este valor a ser atingido nalguns casos.

Não julgamos demais afirmar, que *per si*, estes valores deixam transparecer, ainda que a «olho nu» a fraca incidência dos patamares finais da escola, uma vez que nos atraveríamos a admitir, com algum cuidado, a

³⁰ Ideia defendida também por BOURDIEU. Vd. a este respeito «Classe sociale et classe de trajectoires» onde o autor aborda o *campo dos possíveis* actuculado ao *feixe de trajectórias* possíveis a nível individual, a nível colectivo, abarcando ainda desvios, passagens ou manutenções sociais — in P. BOURDIEU, *La Distinction — Critique Social du Jugement*, op. cit, pp. 122-126

³¹ A propósito deste assunto — centralidade que o trabalho assume na estruturação da vida quotidiana — vd. J. F. DE ALMEIDA, *Portugal — Os Próximos 20 Anos*, VIII vol. (Valores e Representações Sociais), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, pp. 74-94.

repercussão da frequência da escola nas categorias socioprofissionais através, justamente, da profissão. Pondere-se, contudo, e a nível nacional, no contraste encontrado entre os dois grupos socioprofissionais tidos como dominantes na estrutura social: referimo-nos aos «profissionais intelectuais e científicos» e aos «directores e quadros dirigentes», registando-se para o primeiro caso elevado grau de escolaridade, com forte incidência de diplomas universitários, *versus* fraca incidência de estudos superiores e forte concentração de apenas ensino básico para o segundo caso. Segundo os autores, estamos perante «*duas lógicas sociais muito distintas na constituição dos grupos sociais que usufruem em geral de mais recursos na*

QUADRO III — Categoria socioprofissional de Ego

	V.A.	%
Patrões	2	0,23
Profissões liberais	9	1,01
Quadros e pessoal dirigente	1	0,11
Professores	12	1,35
Outras profissões científicas, intelectuais e artísticas	12	1,35
Profissões intermédias	19	2,14
Empregados	154	17,32
Artesãos e pequenos comerciantes	65	7,31
Operários	206	23,17
Camponeses e pescadores isolados	9	1,01
Operários agrícolas e pescadores assalariados	9	1,01
Estudantes	71	7,99
Domésticas	171	19,24
Reformados ex-operários e ex-empregadas	85	9,56
Reformados ex-artesãos, pequenos comerciantes, camponeses	22	2,48
Reformados ex-intermédios, científicos	11	1,24
Outros activos...	1	0,11
Outros	27	3,04
Indeterminável	3	0,34

(N = 889)

*vida pessoal e que dispõem habitualmente de maiores poderes para influenciar o curso da vida colectiva»*³².

Convém lembrar que a escola ainda é equacionada, nomeadamente por algumas fracções da Pequena Burguesia, e provavelmente de forma menos frequente pelo Operariado, como um canal privilegiado e legítimo de ascensão social, já que é passível de reverter o capital escolar em capital social/cultural, senão mesmo em económico, através do que no senso comum é denominado por «uma boa estratégia profissional»³³, conforme temos vindo a referir.

Esta situação encontrada na nossa amostra vem reforçar, julgamos, a co-ocorrência de práticas sociais diferentes que simultaneamente partem e culminam na escola. Parece-nos oportuno re-equacionar a questão em termos de «reconhecimento social» *versus* «conhecimento social»³⁴. Isto é, o reconhecimento do prestígio atribuído pela escola bem como duma *simbólica* estilizada e comportamental que frequentemente se instala nas várias fracções de classe não chega, nalguns casos, a adquirir contornos bem visíveis de inculcações e cristalizações que se traduzam no conhecimento social e efectivo proporcionado pela frequência bem sucedida dos degraus finais duma instituição passível de traduzir o capital cultural incorporado em capital económico, através duma profissão bem sucedida.

Subjacente a esta questão «reconhecimento social» *versus* «conhecimento social», aplicada à escola e privilégios por ela eventualmente proporcionados, está, ousaríamos admitir, o contraste encontrado quanto à diferença relativa e mesmo absoluta entre capital económico e capital cultural, sendo aquele efectivamente sobreavaliado e procurado em primeira instância pelas famílias menos capitalizadas em termos culturais. Neste sentido, ocorre-nos reforçar a ideia de que o *habitus* orienta as práticas sociais, contudo, não de forma linearmente determinista, já que casos há em que se registam discrepâncias, para as quais, possivelmente não serão alheios, entre outros, os grupos de referência e as expectativas positivas de mobilidade social virtual. Seja como for, pelos dados obtidos pela amostra, vai-se concretizando algo de certa forma já esperado, pelo menos teoricamente — referimo-nos a uma certa articulação do *habitus* às classes e às trajectórias sociais reais/virtuais futuras, com a possibilidade, frisamos, de

³² Cfr. J. F. DE ALMEIDA, et ai., «Recomposição socioprofissional e novos protagonismos», art.º cit, p. 324.

³³ BOURDIEU explica, quanto a nós de forma convincente, esta problemática como fizemos referência anteriormente.

³⁴ P. BOURDIEU, *La Distinction*, op. cit., pp. 365-377.

trajectórias concretas articuladas mais com um *habitus* secundário e portanto re-trabalhado, do que com o trabalho pedagógico primário — familiar — congruente com o *habitus* também primário.

QUADRO IV Lugar de classe de Ego de Pais

	Ego				Pai				Mãe			
	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
BEP	2	0,23	12	1,9	15	1,69	19	2,2	2	0,23	2	0,6
BDP	10	1,13			4	0,45			—	—		
PBIC	27	3,04			13	1,46			12	1,35		
PBTEI	30	3,38			42	4,72			11	1,24		
PBE	204	22,95	357	56,0	13	14,62	469	55,2	102	11,47	234	70,5
PBIP	81	9,11			19	21,37			74	8,32		
PBA	15	1,69			94	10,57			35	3,94		
OI	258	29,02	268	42,1	30	33,75	362	42,6	78	8,77		
OA	10	1,13			62	6,97			18	2,03	96	28,9
Não classificável	249	28,01			1	0,11			551	61,98		
Indeterminado	3	0,34			38	4,27			6	0,68		
Não tem que responder	—	—			—	—			—	—		
TOTAL	889	100	637	100	88	100	850	100	889	100	332	100

O Quadro IV parece claro ao remeter o Lugar de Classe de Ego, prioritariamente para o OI, o que coincide com a mesma situação relativamente ao Pai do inquirido, imediatamente seguida pela PBE para ambos os casos. Registe-se, a título de curiosidade, que o mesmo não se passa relativamente à Mãe, que ocupa prioritariamente a PBE, situação que se poderá ficar a dever à incidência de empregadas domésticas e afins³⁵.

³⁵ Note-se que se tem vindo a constatar empiricamente — situação que nos vai sendo revelada através do recurso a uma observação de casos vários, não sistematizados, mas movidos pelo interesse nestas matérias — uma flutuação entre empregos domésticos e empregos na fábrica, nomeadamente fábricas de dimensões relativamente pequenas. Ora, isto ir-se-á repercutir também numa oscilação pontual (?) entre uma PBE e um OI. Sobre os dados que

Note-se, contudo, uma diminuição acentuada entre as duas gerações para a PBIP (de 21% na geração anterior, apenas se registam 9% na geração inquirida). Isto, a nosso ver, vem reforçar, um movimento de assalariamento que tem vindo a caracterizar o nosso país nas últimas décadas, e que julgamos poder fundamentar adiante. Ainda neste sentido, vai, supostamente, a perda de prestígio de profissionais independentes e trabalhadores por conta de outrém, nomeadamente artesãos e pequenos comerciantes — facção mais tradicional desta fracção —, que se vêem assim transferidos para algumas categorias assalariadas o que vem a engrossar significativamente a PBE e também, apesar de em proporções muito menores, a PBIC. Julgamos, que a transferência seja prioritariamente e de preferência entre estes dois *campos de forças*. Finalmente, em termos globais, isto é, tomando a divisão tripartida das classes — apenas Burguesia, Pequena Burguesia e Operariado, não entrando em linha de conta com as fracções internas a cada classe, e excluindo os não classificáveis e os indetermináveis — o Quadro IV mostra-nos uma situação «piramidal» idêntica para as duas gerações: uma Burguesia exígua (1,9% Ego vs. 2,2% Pai) seguida, a uma grande distância, por uma Pequena Burguesia (56% Ego vs. 55,2% Pai) e logo de seguida pelo Operariado (42,1% Ego vs. 42,6% Pai). Estamos cientes tratem-se ainda de constatações não sistematizadas, já que poderíamos proceder a um cruzamento, que seria muito mais concludente, entre o lugar de classe de Ego *versus* lugar de classe do Pai. Contudo, à medida que nos vamos debruçando sobre estes dados vão-nos aparecendo resultados que apontam muito mais, por enquanto, para transferências mais notórias efectuadas entre fracções da mesma classe, do que propriamente para mobilidades duma classe para outra.

Caberia aqui uma breve referência a S. Nunes e D. Miranda. Repare-se que a tendência prevista por estes autores para uma vertente social acentuadamente reprodutora (nos anos 60) ³⁶ provavelmente encontraria, ainda nos dias de hoje e para os dados em questão, adequação real numa análise global, salvaguardado-se, muito embora, heterogeneidades internas a cada uma das três classes tradicionais; em contrapartida, esta heterogeneidade interna não iria de encontro ao ponto de vista dos autores, já

dispomos, não nos é permitida qualquer pressuposição real a este nível; é-nos, contudo legítimo, parece-nos, um apontamento sobre esta situação não rara e que pode dar origem a uma franja oscilante que em termos populacionais nacionais, e consoante o contexto económico atravessado, dariam origem por sua vez a resultados globais também oscilantes.

³⁶ S. NUNES e D. MIRANDA, «A composição social da população portuguesa», in *Análise Social*, n.º 27/28, Lisboa, 1969.

que a sua análise se pauta tendencialmente por uma homogeneidade interna a cada estrato — leia-se classe, neste caso específico.

Esta *contradição*, que sobressai numa análise mais fina, já faz supor alguma alteração significativa na estrutura social estudada, para a qual terão contribuído notoriamente a actividade empresarial, com grande injeção de PME's (Pequenas e Médias Empresas) e a conclusão de estudos superiores — vias legítimas que, consoante o tipo de trajectória, poder-se-ão circunscrever genericamente aos chamados «lugares dominantes»; duma forma concreta, torna-se razoável admitir que, consoante a trajectória social e o tipo de actividade profissional, bem como a sua situação na profissão, tudo ponderado, implicaria, não uma classificação linear e absoluta apenas em torno da Burguesia, mas sim uma classificação ponderada quer em torno das franjas da Burguesia, quer circunscrita às franjas mais fortemente capitalizadas da Pequena Burguesia, elucidando este caso específico, uma apenas aparente homogeneidade quando a Pequena Burguesia é tomada como um todo. Isto é, ficariam neste caso escamoteadas diferenças significativas que relevam de transformações já com carácter estrutural — ousaríamos admitir — e que só transparecem perante uma análise fraccionada interna a cada classe ³⁷; até porque a realidade social encontrada apresenta-se tendencialmente clivada, registando-se para tal fenómenos relativamente recentes com tradução fulcral a nível de estrutura social, como será, por exemplo, o caso da escolaridade crescente, a urbanização, feminização e mesmo assalariamento (em flecha?) — fenómeno a ser retomado adiante. É neste contexto, que nos parece não se adequar à realidade actual a análise procedida por S. Nunes e D. Miranda nos anos 60. Veja-se que, no mínimo, será de questionar, de forma cuidadosa, a tendência nos dias de hoje de «elevadas taxas de imobilidade» ³⁸ apontadas pelos autores. Contudo, como temos vindo a tentar mostrar, traços de permanência ainda se vão fazendo sentir, apesar das transformações elucidativas que vamos apontando. É neste contexto que se nos oferece oportuno referir que *inculcação social* e *trajectória social* são dois efeitos que resultam em práticas sociais, passíveis de se concretizarem na ascensão e mobilidade sociais, ou, pelo contrário, em situações de imobilidade — não apontando por agora, situações de declínios sociais.

³⁷ Retenha-se, por exemplo, a problemática inerente à polémica a propósito dum bloco bastante heterogéneo vulgarmente denominado de *classe(s) média(s)*.

³⁸ S. NUNES e D. MIRANDA, «A composição social da população portuguesa», art.º cit, pp. 336-343.

Repare-se agora no Quadro V, onde se tenta perceber a existência de coincidências ou descoincidências entre o lugar de classe de Ego relativamente ao do Pai. Acrescentaríamos que este quadro se situa no trajecto necessário para se chegar à análise comparativa da pertença de classe e origem de classe. Mais adiante, iremos comparar os resultados obtidos com este quadro e os obtidos com o Quadro IX, que nos remete já para uma análise mais concludente da matéria aqui estudada.

(QUADRO V — Lugar de classe de Ego segundo lugar de classe Pai)

\ Ego	BEP	BDP	PBIC	PBTEI	PBE	PBIP	PBA	OI	OA	Não Class'	Indeterm.	Total
Pai			3		3					9		15
BEP	—	—	(20,0)		(20,0)	—	—	—	—	(60,0)	—	(100,0)
BDP	—	—	—	1 (25,0)	1 (25,0)	—	—	—	—	2 (50,0)	—	4 (100,0)
PBIC	—	—	3 (23,1)	2 (15,4)	—	—	—	1 (7,7)	—	6 (46,2)	1 (7,7)	13 (100,1)
PBTEI	—	1 (2,4)	1 (2,4)	4 (9,5)	15 (35,7)	1 (2,4)	—	8 (19,0)	—	12 (28,6)	—	42 (100,0)
PBE	—	3 (2,3)	5 (3,8)	4 (3,1)	40 (30,8)	7 (5,4)	—	26 (20,0)	2 (1,5)	43 (33,1)	—	130 (100,0)
PBIP	1 (0,5)	2 (1,1)	5 (2,6)	5 (2,6)	36 (18,9)	38 (20,0)	—	48 (25,3)	—	55 (28,9)	—	190 (99,9)
PBA	1 0,1	2 (2,1)	5 (5,3)	2 (2,1)	23 (24,5)	9 (9,6)	12 (12,8)	17 (18,1)	1 (1,1)	22 (23,4)	—	94 (100,1)
OI	—	2 (0,7)	4 (1,3)	10 (3,3)	55 (18,3)	13 (4,3)	1 (0,3)	135 (45,0)	1 (0,3)	77 (25,7)	2 (0,7)	300 (99,9)
OA	—	—	—	1 (1,6)	14 (22,6)	9 (14,5)	1 (1,6)	15 (24,2)	5 (8,1)	17 (27,4) †	—	62 (100,0)
Não class.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1 (5,0)	—	1 (38,0)
Indeterm.	—	—	1 (2,6)	1 (2,6)	17 (44,7)	4 (10,5)	1 (2,6)	8 (21,1)	1 (2,6)	5 (13,2)	—	38 (99,9)
Total	2 (0,2)	10 (1,1)	27 (3,0)	30 (3,4)	204 (22,9)	81 (9,1)	15 (1,7)	258 (29,0)	10 (1,1)	249 (28,0)	3 (0,3)	889 (99,8)

(Percentagem em linha)

Podemos, então, constatar que os dados obtidos no Quadro V não se caracterizam pela linearidade, o que, em última instância, vem dificultar a nossa análise. Veja-se, por exemplo, que excluindo a Burguesia, as duas restantes classes recrutam os seus membros, por excelência, no seu próprio interior (neste momento não atendemos aos fraccionamentos internos a cada classe).

Repare-se que, dos 357 (40,2%) inquiridos situados na Pequena Burguesia, 217 (60,8%) são recrutados nas várias fracções da Pequena Burguesia.

E dos 268 (30,1%) inquiridos pertencentes ao Operariado, 156 (58,2%) provêm do seu próprio interior.

No que respeita à Burguesia, já o caso é diferente, uma vez que, como se vê, os 12 inquiridos em questão descendem essencialmente de fracções da Pequena Burguesia, contando-se ainda com 2 casos provenientes do Operariado, especificamente, 01 — apesar desta situação apresentar um valor estatisticamente irrelevante (0,7%), é patente, ainda assim, uma mobilidade social ascendente tendo-se em linha de conta quer as fracções de classe, quer as classes sociais tradicionais, tomadas globalmente, isto é, sem o recurso a clivagens internas.

Estamos pois, perante trajectórias sociais nitidamente ascendentes, que nos parecem elucidar as duas vias institucionais circunscritas aos lugares de classe dominantes: 2 registos serão reflexo duma lógica empresarial, tratando-se, tudo o leva a crer, de patrões de PME's, e 10 registos reflectem — embora com alguma cautela o afirmemos — a via superiormente escolarizada, dado tratar-se da Burguesia Dirigente e Profissional — quadros superiores e dirigentes de empresas — lugar para o qual contribui quer uma preparação académica legitimada, quer uma carreira profissional ligada a chefias e/ou a algum treino inerente a um percurso mais ou menos longo na empresa. Vale a pena referir ainda a heterogeneidade relativa ao percurso social dos indivíduos que protagonizam esta situação. Note-se que, embora a grande maioria seja originária da Pequena Burguesia, não o são da mesma fracção, o que numa análise mais detalhada remete para a diferença de trajecto social, culminando, apesar de tudo, todos eles, no mesmo ponto de chegada. Parece-nos, que esta diversidade de trajectos possíveis de serem seguidos prende-se, de alguma forma a aspirações incutidas pela família e/ou grupos de amigos nomeadamente interclassistas, e grupos de referência; e aqui o conceito de *habitus* adquire excelência no entendimento sociológico destas questões, ainda que se trate de *habitus* re-incorporado (re-estruturação do *habitus* primário). Explicitando a ideia, ressaltaríamos que o *habitus* adquirido em fases anteriores reproduz-se ou,

³⁹ É, de resto, esta eventual transformação futura que corrobora a hipótese de ocorrência de mudança, enformada, pese embora interpretações contrárias, pelo próprio conceito de *habitus* de classe. Isto torna o conceito suficientemente *plástico*, diríamos, para não nos cingirmos a

pelo contrário, transforma-se ao nível da escola ³⁹; a ocorrer esta eventualidade, situar-se-ia num segundo momento. Corrobora este propósito, tudo o sugere, a influência enformadora, cada vez mais vincada e alimentada por grupos de amigos, ou mesmo os chamados *grupos de referência*. Quer-se com isto dizer que na escola se reformulam, frequentemente, os grupos de referência, que se ficam a dever a contactos com grupos sociais diferentes, já que os estudantes encontram na escola padrões sociais culturais que, eventualmente, vão passar a aspirar devido a contactos com colegas oriundos de diferentes classes ou fracções de classe. As aspirações são, tudo o sugere, uma questão fundamental, já que marcam o presente numa forma eficaz contribuindo para a reprodução, por um lado, e virtualizando enquanto possível a transformação do sistema social e da estrutura de classes, por outro lado. Por outras palavras, as aspirações têm um papel fundamental porquanto se ligam à virtualização de trajectos socioprofissionais, estratégia óptima e passível de viabilizar, de forma concreta, uma mobilidade ascendente. Em última instância estamos perante um exemplo, que não obstante a sua exiguidade estatística, mostra que a identidade no ponto de chegada nem sempre significa identidade de percurso, e, conseqüentemente, admite a diversidade de origens e trajectos. Esta constatação permite-nos compreender comportamentos diferentes protagonizados na mesma classe ou na mesma fracção de classe.

Julgamos que situações destas mas com significado estatístico, poria em causa a mera imagem de «escada rolante» ⁴⁰ não raro referida, e com ilusão de óptica favorável a uma espécie de conformismo social gerado essencialmente por uma tendência à manutenção das distâncias sociais, face a uma maior permeabilidade conseguida através de mobilidades sociais propriamente ditas e reveladas pela efervescência inerente a uma possibilidade real de mudança. Lembraríamos que, os próprios referentes culturais encontram-se em alteração na actual configuração estrutural da sociedade portuguesa.

Posto isto, e voltando ao Quadro V, diríamos que, numa primeira apreciação, poderíamos daqui extrair a ideia de que esta constatação de

determinismos rígidos e desvirtualizadores do real social estudado, isto é, o conceito não arrasta consigo uma *reprodução mecânica*; «*ele sustenta, pelo contrário, estratégias*, [escolhas estratégicas] e *ajustamentos a situações particulares*», P. ANSART, *Les Sociologies Contemporaines*, op. cit., pp. 242-243.

⁴⁰ Pretendendo-se com isto designar uma espécie de interiorização numa mobilidade social ascensional aparente e portanto, ilusória. Cfr. J. F. DE ALMEIDA, *Classes Sociais nos Campos*, op. cit., pp. 86-87.

factos viria inviabilizar a nossa tese primeira, de que haveria tendência para a reprodução interior a cada lugar de classe global, já que o caso mais contundente, a Burguesia, infirma esta nossa hipótese. Contudo, a forte permanência verificada em cada uma das outras grandes classes, revela ainda uma espécie de «arrastamento» social que caracteriza gerações sucessivas, e que Daniel Bertaux denomina de *dinastias*⁴¹, mas que não se confunde com a tendência para a imobilidade, constatada por S. Nunes e D. Miranda nos anos 60.

Seja como for, tudo isto nos impede de, numa forma precipitada, defendermos quer a permeabilidade significativa de agentes sociais em classes diferentes das da sua origem social, quer a resistência estrutural à possibilidade de mudança.

Sem ser nossa pretensão hierarquizar as diferentes fracções dentro de cada classe, e por conseguinte não nos podermos valer em termos globais e com a mesma medida do adjectivo ascendente/descendente, para todos os casos, diríamos, contudo, revelarem-se de forma clara movimentações que nos impedem de considerar a realidade social observada como sendo estática, com respeito a estas matérias. Todavia, mais adiante explicitaremos a ideia aqui presente.

Os Quadros VI e VII, explicitam de forma clara, supomos, esta dificuldade de hierarquização. Isto é, seja qual for a variável retida para se proceder a uma hierarquização de classes e fracções de classe, não encontramos linearidade no processo. Exemplificando a ideia com a variável grau de instrução, nos quadros aqui referidos, constatamos que o que *à priori* seria esperado — fracções da Burguesia detentoras de mais elevado grau de instrução *versus* Operariado com menor grau de escolaridade — não é verificado, já que, tanto para um quadro como para outro é sintomática a fraca incidência do «superior» em pelo menos um dos progenitores de Ego. Repare-se, por exemplo, que no Quadro VI se encontram dois casos na Burguesia (BDP) em que um dos progenitores detém curso superior (completo ou frequência). Por outro lado, não deixa de ser curioso o facto de se registarem apenas 4 casos em que ambos são detentores de «superior», e que, não se classificando em nenhuma fracção da Burguesia, situam-se numa das fracções da Pequena Burguesia mais capitalizadas, precisamente no que respeita a instrução — trata-se da PBIC.

⁴¹ D. BERTAUX et al., «Le patrimoine et sa lignée: transmissions et mobilité sociale sur cinq générations» in *Life Stories/Recits de Vie*, n.º 4, 1988.

QUADRO VI — Classe de origem segundo instrução de origem

Classe de Origem	BEP	BDP	PBIC	PBTEI	PBE	PBIP	PBA	PBAP	PBPA	PBEP	OI	OA	OP	OIA	Não Class.	Indeterm.	Total
Instrução de Origem	10	—	1	30	77	144	84	8	40	8	224	46	35	2	1	15	725
Ambos básico ou-	(1,4)	—	(0,1)	(4,1)	(10,6)	(19,9)	(11,6)	(1,1)	(5,5)	(1,1)	(30,9)	(6,3)	(4,8)	(0,3)	(0,1)	(2,1)	(99,9)
Básico X Secundário	3	—	—	7	14	4	—	—	6	—	6	—	1	—	—	2	43
	(7,0)	—	—	(16,3)	(32,6)	(9,3)	—	—	(14,0)	—	(14,0)	—	(2,3)	—	—	(4,7)	(100,2)
Básico X Superior	—	—	—	1	2	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5
	—	—	—	(20,0)	(40,0)	(40,0)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(100,0)
Ambos Secundário	1	2	1	5	10	2	1	—	2	—	1	—	1	—	—	1	27
	(3,7)	(7,4)	(3,7)	(18,5)	(37,0)	(7,4)	(3,7)	—	(7,4)	—	(3,7)	—	(3,7)	—	—	(3,7)	(99,9)
Secundário X Superior	—	2	7	1	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	11
	—	(18,2)	(63,6)	(9,1)	—	—	—	—	(9,1)	—	—	—	—	—	—	—	(100,0)
Ambos Superior	—	—	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4
	—	—	(100,0)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(100,0)
Indeterminando	1	—	2	3	5	8	3	1	7	3	13	3	3	—	—	22	74
	(U4)	—	(2,7)	(4,1)	(6,8)	(10,8)	(4,1)	(1,4)	(9,5)	(4,1)	(17,6)	(4,1)	(4,1)	—	—	(29,7)	(100,4)
Total	15	4	15	47	108	160	88	9	56	11	244	49	40	2	1	40	889
	(1,7)	(0,4)	(1,7)	(5,3)	(12,1)	(18,0)	(9,9)	(1,0)	(6,3)	(1,2)	(27,4)	(5,5)	(4,5)	(0,2)	(0,1)	(4,5)	(99,8)

(Porcentagem em linha)

QUADRO VII — Instrução de família segundo classe da família

	Básico+	Básico+	Básico+	Secund.+	Secund.+	Superior+	Indeterm.+	Não tem	Total
	Básico	Séc./Médi	Superior	Secundário	Superior	Superior	NR	que resp.	
BEP	—	1	—	1	—	—	—	6	8
BDP	1	1	1	1	4	7	—	3	18
PBIC	—	4	2	5	8	5	—	18	42
PBTEI	16	8	1	9	1	1	—	14	50
PBE	68	29	1	14	3	—	—	95	210
PBIP	59	8	—	2	—	—	1	24	94
PBA	16	—	—	—	—	—	—	1	17
PBAP	1	—	—	—	—	—	—	—	1
PBPA	39	8	—	10	—	—	—	9	66
PBEP	11	4	—	1	—	—	—	1	17
OI	138	9	—	—	—	—	—	138	285
OA	6	—	—	—	—	—	—	8	14
OP	45	7	—	1	—	—	—	2	55
Não Class.	—	—	—	—	—	1	—	2	3
Indeterminando	4	—	—	—	—	—	—	5	9
Total	404	79	5	44	16	14	1	326	889

No Quadro VII — Instrução de Família segundo Classe de Família — se se revelam ligeiras alterações em valor absoluto, acabam por não se manifestar de forma decisiva em termos relativos, já que essas se dissolvem em «dissonâncias» relativamente a uma hierarquia bem traçada que eventualmente seríamos levados a pensar existir.

Finalmente, e em termos de acréscimo interessante, repare-se uma vez mais na concentração de situações em que ambos são detentores de «básico ou menos» para ambos os quadros, bem como uma simultânea dispersão pela generosidade lata das classes e fracções de classes, onde se destaca para ambos os quadros o OI. No que respeita ao Quadro VII, embora predominando também este grau de instrução, como já foi referido, acresce o facto de este se pautar por uma menor densidade relativamente ao quadro anterior, facto que se fica a dever a, e uma vez mais corrobora em nosso entender, um processo de combate à analfabetização em paralelo com um aumento do grau mínimo de escolaridade obrigatória.

Ainda relativamente ao Quadro V — lugar de classe de Ego segundo lugar de classe do Pai — gostaríamos de salientar o vislumbrar duma

tendência para o assalariamento que parece-nos poder detectar já neste quadro. Repare-se que de entre os 12 indivíduos inquiridos pertencentes a um lugar de classe burguês, 10 situam-se na BDP, o que revela o seu carácter de assalariados. Em contrapartida, dos 19 Pais situados num lugar de classe também burguês, e dos quais se destacam 78,9% na BEP, transita a segunda geração (Ego) para, e apenas, três fracções da Pequena Burguesia, todas elas assalariadas. Acresce ainda que: *a*) dos 190 progenitores de Ego cujo lugar de classe se situa na PB1P, apenas 4,3% do total dos inquiridos reflectem uma situação de reprodução dentro desta fracção; *b*) dos 94 casos (Pais) situados na PBA, apenas 12,8% dos filhos (Ego) se mantêm no mesmo lugar de classe da geração anterior; *c*) para os dois lugares de classe tratados nas alíneas anteriores, predominam transferências (da geração anterior para a geração inquirida) essencialmente para as classes assalariadas. As situações inversas são pouco significativas para a globalidade dos dados disponíveis⁴². Tudo isto vem reforçar um esboço com tendência para o assalariamento que, acreditamos, poderemos demonstrar ao comparar a classe de pertença (família) com a classe de origem. Contudo, esta interpretação deve ser apresentada com alguma precaução. De facto, pelos dados obtidos, tudo parece encaminhar-se para o reforço do assalariamento enquanto situação na profissão, o que a verificar-se revela uma alteração provavelmente causada por transformações significativas na estrutura social observada. Lembremos, por exemplo, algumas regalias sociais significativas prestigiantes atribuídas a dirigentes de empresas assalariados, que no conjunto das práticas sociais supostamente inerentes a estes lugares, deixam ostentar comportamentos classistas altamente simbólicos, porque distintivos. Faz parte da possibilidade de se actuar de forma diferenciadora congruente com um estilo de vida assente em novas lógicas de vida e novos valores concordantes com um estatuto social confortável — aquilo a que Parsons denomina de «motivação dos indivíduos» — para o desempenho das diferentes funções. Admitimos então, como possível, um determinado conjunto de recompensas estar na base duma opção profissional que culmine no assalariamento, e para o qual não será alheia uma escolaridade avançada e/ou uma forte preparação empresarial advinda duma carreira profissional na empresa. Isto poderá constituir uma base explicativa, nomeadamente para as transferências na segunda geração, dum lugar de classe independente, para um outro dependente — referimo-nos à situação na profissão. Note-se, porém, estar

⁴² Veja-se, por exemplo, a exiguidade de Ego face aos Pais para cada um dos lugares de classe fraccionados na Pequena Burguesia e referentes a trabalho por conta própria/independente — referimo-nos à PBIP (9,1%) e à PBA (1,7%).

este crescente assalariamento vinculado por excelência aos sectores secundário, e especificamente ao terciário. Contudo, e recorrendo uma vez mais ao estudo da «recomposição socioprofissional» a nível nacional, constatamos que a taxa de assalariamento, «*é uma taxa que, com pequenas oscilações, tem permanecido desde os anos 60 até hoje*»⁴³. A contribuir para esta quase reprodução numérica, estará, não uma permanência e continuidade da situação vivida desde os anos 60, mas sim transformações sociais balizadas por transferências significativas não só entre situações na profissão, mas, e talvez essencialmente, entre modalidades profissionais tradicionais e novas, isto é, respectivamente, por exemplo, pequenos comerciantes e artesãos, *versus* profissionais liberais⁴⁴. Por outro lado, se houve alguma diminuição do grande patronato, devido à concentração e centralização do capital, registou-se, em contrapartida, um crescimento acentuado de PME's, o que repõe em termos estatísticos, alguma perda verificada no patronato.

Ponderando-se todos estes factores, podemos concluir sobre alguma heterogeneidade que se faz sentir internamente a cada situação na profissão, e que *à posteriori* justificará o debate último sobre as fronteiras inerentes ao bloco da(s) classe(s) média(s).

O Quadro VIII que nos apresenta dados relativos à classe de origem e à classe de família, repete uma situação já apontada anteriormente: uma pirâmide semelhante para cada uma destas classificações classistas quanto ao peso relativo de cada uma das três grandes classes. Assim, em termos globais, e tendo em linha de conta um confronto não cruzado de cada uma destas situações, teríamos uma situação «demonstrada» de reprodução social, já que, grosso modo, os valores obtidos são iguais. No entanto, apesar da reprodução estatisticamente demonstrada, vale a pena lembrar que o *status quo* de cada classe social se altera substancialmente com a duração temporal, isto é, pode haver manutenção das hierarquias acompanhada por modificações no ordenamento social global.

Todavia, apenas uma análise mais superficial apontaria de «ânimo leve» para esta conclusão, uma vez que um olhar mais atento regista apenas e tão-só, para estes casos, uma tendência para a manutenção do peso relativo de cada classe global num contexto sócio-económico que provavelmente em termos estruturais não será muito permeável a grandes e profundas alterações

⁴³ J. F. DE ALMEIDA et al., «Recomposição socioprofissional e novos protagonismos», art.º cit, p. 321.

⁴⁴ Note-se que este último conjunto de profissões tem vindo a sofrer uma recomposição no sentido de uma maior instabilidade e precaridade laborais, nomeadamente através da proliferação do denominado fenómeno de *recibo verde*.

classistas; estas, a verificarem-se, e julgamos que sim, dar-se-ão paulatinamente, e só assim, poderíamos conceber uma alteração piramidal significativa para a realidade social portuguesa. Contudo, lembramos, não ser nossa intenção inferir conclusões desta amostra para a realidade ⁴⁵. Seja como for, vemos aqui reforçada a interpretação que acabámos de proceder. Desta feita, hipoteticamente admitimos, mediante os dados aqui obtidos, ser mais notória uma espécie de recomposição interna a cada classe, do que propriamente a recomposição classista em termos globais, se bem que não será desejável afastarmos o registo de alguma alteração, ainda que paulatina, que já se vai fazendo sentir.

QUADRO VIII — Classe de origem e classe de família

	Classe de origem				Classe de família			
	V.A.	^w	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
BEP	15	1,69	19	2,1	8	0,90	26	2,9
BDP	4	0,45			18	2,03		
PBIC	15	1,69			42	4,72		
PBTE1	47	5,29			50	5,62		
PBE	108	12,15			210	23,62		
PBIP	160	18,00	494	55,6	94	10,57	497	55,9
PBA	88	9,90			17	1,91		
PBAP	9	1,01			1	0,11		
PBPA	56	6,30			66	7,42		
PBEP	11	1,24			17	1,91		
01	244	27,45			285	32,06		
OA	49	5,51	335	37,7	14	1,58	354	39,8
OP	40	4,50			55	6,19		
OIA	2	0,23			—	—		
Não Class.	1	0,11			3	0,34		
Indeterm.	40	4,50			9	1,01		
Total	889	100	889	100	889	100	889	100

⁴⁵ Tenha-se presente que os resultados concluídos da amostra são passíveis de não traduzir rigorosa nem fielmente a sociedade portuense, motivo pelo qual nos abstermos de inferir da amostra para o universo.

Por outro lado, e para podermos afirmar, no mínimo enquanto hipótese provável, esta situação pelo menos aparentemente reprodutora, importa então proceder a um cruzamento entre classe de família e classe de origem. É o que consegue o Quadro IX, e que nos mostra que a reprodução não é tão global como, numa primeira apreciação, seríamos levados a incorrer através duma análise parcelar. A justificar esta advertência temos os seguintes factos: *a*) das 26 famílias pertencentes à Burguesia apenas 30,8% são oriundas também da Burguesia; as restantes famílias têm a sua origem em fracções várias da Pequena Burguesia ⁴⁶, registando-se mesmo 2 casos provenientes do Operariado — situação também verificada de igual forma, a propósito do lugar de classe de Ego *versus* Pai; *b*) das 19 famílias de origem localizadas na Burguesia, apenas 8 se reproduzem, como já vimos, transitando as demais (57,9%) para fracções da Pequena Burguesia, todas elas assalariadas, à excepção de dois casos particulares, tratando-se um dos quais de uma fracção composta (PBPA), o que nos indica ficar a dever-se a matrimónio.

Pelos dados de que dispomos, que se pautam por uma certa dispersão acrescida de pesos relativos que não atingem a unidade, seria arriscado afirmarmos que a saída da segunda geração (geração inquirida) das fracções da Burguesia se confinaria, apesar de tudo, às franjas mais capitalizadas da Pequena Burguesia, em termos sócio-culturais — referimo-nos à PBÍC e à PBTEI — uma vez que não se verifica para estes casos de mobilidade (da Pequena Burguesia para a Burguesia) nenhuma incidência maior e portanto mais significativa em nenhuma das fracções da Pequena Burguesia, já que estamos perante uma dispersão mais ou menos espartilhada pelas fracções não compostas, facto que nos impede de visualizar com nitidez o sentido e a direcção dos principais fluxos.

Como se pode constatar, predominam os fracos valores percentuais na grande maioria das fracções de classe cruzadas, raramente atingindo-se valores superiores a 4%, registando-se mesmo quantidade significativa de «células» vazias. Perante este caso de fluxos difusos e pouco consistentes, o que se nos oferece dizer é que a continuar a reforçarem-se as transformações em curso, provavelmente esta situação encaminhar-se-á para, num momento seguinte ser palco duma «rede heterogénea de trajectórias sociais a ligar todas as categorias de classe umas às outras», situação apontada relativamente ao estudo da recomposição socioprofssional da população portuguesa ⁴⁷.

⁴⁶ Este caso específico — famílias burguesas com origem na Pequena Burguesia tem uma dimensão reduzida no cômputo total da amostra.

⁴⁷ J. F. DE ALMEIDA, «Recomposição socioprofssional e novos protagonismos», art.º cit., p. 328.

QUADRO D1 — Classe de família segundo a classe de origem

	BEP		BDP		PBIC		PBTEI		PBE		PBIP		PBA		PBAP		PBPA		PBEP		O	I	OA	OP	OIA	Total (P/fracç)	Total (P/clas)				
	VA.	%	VA.	%	VA.	%	VA.	%	VA.	%	VA.	%	VA.	%	VA.	%	VA.	%	VA.	%	VA.	%	VA.	%	VA.	%	VA.	%			
BEP	5	0,56			1	0,11					1	0,11	1	0,11												8	0,89	26			
BDP	1	0,11	2	0,23	2	0,23	3	0,34	2	0,23	3	0,34	2	0,23	—	—	—	—	1	0,11	2	0,23	—	—	—	—	—	—	18	2,05	
PBIC	3	0,34	—	—	9	1,01	2	0,23	6	0,68	8	0,90	5	0,56	—	—	4	0,4	—	—	4	0,45	—	—	—	—	—	—	41	4,62	
PBTEI	—	—	1	0,11	1	0,11	10	1,13	4	0,45	7	0,79	5	0,56	1	0,11	3	0,3	—	—	12	1,35	—	—	3	0,34	—	—	47	5,29	
PBE	4	0,45	1	0,11	1	0,11	18	2,03	53	5,96	28	3,15	21	2,36	1	0,11	11	1,2	3	0,34	35	3,94	12	1,35	8	0,90	—	—	196	22,05	
PBIP	1	0,11	—	—	—	—	3	0,34	10	1,13	42	4,72	10	1,13	—	—	4	0,4	1	0,11	15	1,69	3	0,34	2	0,23	—	—	91	10,25	
PBA	—	—	—	—	—	—	—	—	1	0,11	—	—	9	1,01	—	—	—	—	—	—	1	0,11	1	0,11	—	—	—	—	16	1,79	
PBAP	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	0,11	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	0,11	
PBPA	1	0,11	—	—	—	—	1	0,11	5	0,56	24	2,70	3	0,34	—	—	15	1,6	—	—	10	1,13	3	0,34	2	0,23	—	—	64	7,21	
PBEP	—	—	—	—	—	—	1	0,11	2	0,23	1	0,11	2	0,23	—	—	—	—	—	—	6	0,68	—	—	2	0,23	1	0,11	17	1,93	
OI	—	—	—	—	1	0,11	9	1,01	15	1,69	35	3,94	21	2,36	—	—	18	2,0	—	—	138	15,52	20	2,25	18	2,03	—	—	279	31,39	
OA	—	—	—	—	—	—	—	—	2	0,23	—	—	2	0,23	—	—	—	—	—	—	1	0,11	7	0,79	1	0,11	—	—	13	1,47	
OP	—	—	—	—	—	—	—	—	8	0,90	9	1,01	6	0,68	2	0,23	—	—	—	—	19	2,14	3	0,34	3	0,34	—	—	50	5,64	
Total (P/fracç)	15	1,68	4	0,45	15	1,68	47	5,30	108	12,17	158	17,77	87	9,80	9	1,01	55	6,20	11	1,24	243	27,35	49	5,52	39	4,41	1	0,11	841	94,70	841
Total (P/Classe)	19				490												332										841				

(Indetermináveis: 48 5,40%)

Também no que respeita ao Operariado, o Quadro IX apresenta valores que se devem a situações que têm de ser esclarecidas. À partida, verifica-se que das 342 famílias operárias dos inquiridos, mais de metade (59,3%) são recrutadas no próprio Operariado, registando-se que, entre estas, 138 Oí descendem igualmente do O1. Das restantes famílias originariamente operárias, (classe de origem), transita uma geração que será absorvida por todas as fracções da Pequena Burguesia com ligeiro destaque para a PBE; salientam-se ainda dois casos de mobilidade nitidamente ascendente para a Burguesia, caso não frequente. Estamos novamente perante exemplos claros de trajectórias diferentes, mas desta vez assentes numa identidade de partida. Contudo, também nesta situação somos levados a considerar ser decisivo o papel das aspirações. Por outro lado, situações afins a uma identidade no ponto de chegada assentes em trajectos díspares, revelam ou são passíveis de revelar clivagens comportamentais transmitidas através das práticas sociais, embora tratando-se de protagonistas na mesma classe social ou fracção de classe⁴⁸.

Gostaríamos de nos deter brevemente nos restantes inquiridos do Quadro IX cuja classe de família se situa em fracções do Operariado e que são provenientes, em termos de origem, das fracções da Pequena Burguesia. Aqui, registam-se 2 casos menos frequentes: um deles refere-se à proveniência de 1 indivíduo da PBIC e outro à proveniência de 9 indivíduos da PBTEI — fracções de classe que se caracterizam, *sensu lato*, pela maior incidência de escolaridade e/ou chefias. Tratam-se de trajectórias nitidamente descendentes — situação que na amostra em questão não se torna significativa. Seja como for, admite-se, estarmos perante uma eventual possibilidade de transição pautada por uma virtual ascensão futura, que a concretizar-se, caracterizar-se-á por «situações em que a descida é meramente transitória, destinada a futura recuperação»⁴⁹.

⁴⁸ WEBER, embora procedendo a uma análise tripartida das classes sociais e desligando a esfera do trabalho das outras esferas, nomeadamente da do social, ser-nos-ia útil, nomeadamente no respeitante à análise dos *novos ricos* cuja trajectória económica nitidamente ascendente se apresenta dissonante relativamente ao estilo de vida, em suma, às práticas sociais e comportamentais não consonantes com o socialmente esperado por inerência à classe de família ascendida. Cfr. M. WEBER, *Economia y Sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica, 1983, pp. 683-690; *Ensaio de Sociologia*, antologia editada por HANS H. GERTH e WRIGHT MILLS, Rio de Janeiro, Zahar, 1982, pp. 212, 223-225.

⁴⁹ J. F. DE ALMEIDA, «Recomposição socioprofissional e novos protagonismos», art.º cit., p. 328.

Os restantes casos reflectem, provavelmente, oscilações entre PBE e OI ou trânsitos condicionados pelo assalariamento na segunda geração, saindo assim mais afectadas a PBIP e a PBA, sendo com alguma dificuldade que os rotularíamos de trajectórias descendentes.

Quanto às famílias classificadas na Pequena Burguesia, verificamos que, traçando-se uma diagonal, não encontramos tendência para a reprodução, pelo menos nas mesmas fracções de classe. Isto é, apenas na PBIC e PBE, se poderá falar em reprodução em cerca de 50% desses casos. Nas outras fracções, regista-se menor número de casos na classe de família do que na classe de origem. Exemplificando: em 47 famílias originariamente classificadas na PBTEI, apenas 10 se reproduzem na segunda geração — geração inquirida.

Da análise deste bloco — Pequena Burguesia — poder-se-á concluir o seguinte: 1.º a grande dispersão estatística em torno de cada uma destas fracções, revela uma grande *movência* dumas fracções para as outras, muito embora se caracterize por um peso estatístico irrelevante, para a qual poderá, provavelmente contribuir, entre outras, o grau de instrução através da aquisição de diplomas e as chefias, para as quais se torna importante a «carreira profissional»; 2.º revela-se também um processo de assalariamento — veja-se, por exemplo, que das 158 frequências, apenas 42 se reproduzem na PBIP, e das 87 apenas 9 no PBA⁵⁰. Ora, esta situação de assalariamento já foi detectada através da recorrência ao Quadro V onde as transferências dumas fracções para as outras dentro da Pequena Burguesia, entre outros factores, vêm prová-lo.

A este propósito, repare-se, a título de curiosidade, no Quadro X. Este quadro mostra-se relevante, justamente quanto à problemática do assalariamento, uma vez que daqui se extrai o seguinte: *a)* de 262 «isolados, patrão-isolado» na primeira geração, conta-se apenas 77 na geração inquirida, dos quais se reproduzem apenas 12,6%. Esta situação depara-se-nos como sintomática, porque reflecte a tendência a deixar-se uma situação de «independência» em prol duma situação de assalariamento, já o dissemos, uma vez que a transição de Ego para o patronato não assume relevância na nossa amostra; *b)* em contrapartida, no que respeita ao «assaiariato», apesar do peso global para a geração inquirida se pautar por valores aproximadamente semelhantes relativamente à geração anterior, parece-nos que é de registar uma reprodução nesta situação de quase 50%, para além

⁵⁰ Não nos debruçaremos sobre as outras três — PBAP, PBPA e PBEP — por se tratarem de fracções compostas.

QUADRO X — Situação na profissão de Ego segundo situação na profissão do Pai

x. Ego	Patrão	Isolado, Patrão-isolado	Assalariado	Doméstica	Estudante	Trab. familiar	Reformado ex-assalariado	Reformado ex-isolado	Reformado ex-outro	Desemp. ex-assalariado	Outros	Total
Patrão		—	5 (33,3)	4 (26,7)	5 (33,3)	—	—	—	—	1 (6,7)	—	15 (100,0)
Isolado, Patrão-isolado	2 (0,8)	33 (12,6)	98 (37,4)	50 (19,1)	17 (6,5)	8 (3,1)	33 (12,6)	13 (5,0)	1 (0,4)	4 0,5)	3 (1,1)	262 (100,1)
Assalariado	—	22 (5,0)	207 (47,3)	81 (18,5)	44 (10,0)	—	56 (12,8)	6 (1,4)	—	18 (4,1)	4 (0,9)	438 (100,0)
Reformado ex-assalariado	—	11 (10,1)	67 (61,5)	24 (22,0)	3 (2,8)	—	4 (3,7)	—	—	—	—	109 (100,1)
Reformado ex-isolado	—	7 (28,0)	10 (40,0)	8 (32,0)	—	—	—	—	—	—	—	25 (100,0)
Desempregado ex-assalariado	—	—	6 (85,7)	—	1 (14,3)	—	—	—	—	—	—	7 (100,0)
Outros	—	—	1 (50,0)	—	1 (50,0)	—	—	—	—	—	—	2 (100,0)
Indeterminados	—	4 (12,9)	16 (51,6)	4 (12,9)	—	—	5 (16,1)	1 (3,2)	—	—	1 (3,2)	31 (99,9)
Total	2 (0,2)	77 (8,7)	410 (46,1)	171 (19,2)	71 (8,0)	8 (0,9)	98 (11,0)	20 (2,2)	1 (0,1)	23 (2,6)	8 (0,9)	889 (99,9)

(Porcentagem em linha)

duma proveniência significativa quer do «isolado» (37,4%) quer do «patronato» (33,3%); *c*) no que se refere ao patronato, a existência de apenas 2 patrões na geração de Ego (que não se registam em termos de reprodução, mas sim em termos de proveniência ascensional do isolado-patrão) mostra que os casos pertencentes à Burguesia, referidos anteriormente, são maioritariamente derivados do assalariamento (BDP) e não duma situação de patronato (BEP) como na geração anterior, onde se haviam registado 15 indivíduos. Para esta situação assume particular relevância, na maioria dos casos, a posse dum diploma, registando-se assim a reconversão dum capital escolar institucional em capital frequentemente cultural, e sem dúvidas em capital económico e mesmo social. O caso dos *Yuppies*, já referido, é disso, e uma vez mais, um bom exemplo; *d*) finalmente, chamaríamos a atenção para a grande heterogeneidade do assalariado, que se distribui pelo Operariado, por algumas fracções da Pequena Burguesia, absorvendo ainda indivíduos cuja classe de família está vinculada à BDP.

Em suma, e para terminar, diríamos que, apesar das mobilidades verificadas globalmente inter-classes, julgamos poder argumentar, tendo em conta a amostra na qual baseámos a nossa breve análise secundária, que a existência duma permeabilidade «classista» incide prioritariamente entre fracções, nomeadamente em torno das inerentes à Pequena Burguesia, cujas fronteiras são transpostas através de recursos legítimos, como será o caso, por exemplo, da obtenção de diplomas e/ou chefias. Por outro lado, será precisamente esta relativa *facilidade* de transposição, à qual o assalariamento porventura estará aliado, que, provavelmente, mais contribuirá para uma oscilação intensa e algo generalizada, que esperamos ter transmitido, verificada justamente entre essas mesmas fracções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme fomos referindo, no âmago central deste trabalho encontra-se o estudo do desenho das trajectórias sociais subjacente aos protagonismos desencadeados nos dias de hoje. Tentámos então, detectar a sua evolução, recorrendo para tal a uma análise secundária dos dados dum questionário que teve em linha de conta duas gerações familiares sucessivas. Desta feita, ao privilegiarmos as trajectórias intergeracionais, quer enquanto suporte teórico quer enquanto componente prática tentando elucidar o que para trás ficou dito, fizemo-lo, tendo em linha de conta a componente teórica que se pretendeu, ao longo deste estudo, ver adequar-se à realidade prática, com base nos movimentos sociais e permeabilidades classistas que se vieram

a comprovar em termos de fluxos, muito embora nem sempre significativos, dada a exiguidade do peso estatístico encontrada em situações específicas da nossa amostra. Contudo, subjacente a tudo isto, regista-se uma diversidade de dinâmicas sociais corroboradas pelo recurso a outros estudos realizados na actualidade à sociedade portuguesa, e aos quais fomos lançando mão à medida que este trabalho avançava; tentou-se, desta forma, perceber, a uma outra latitude, fenómenos aqui retratados, embora alguns dos quais de forma incipiente, que ganhariam forte estatuto teórico num âmbito contextuai mais alargado.

Tendo como alicerce fundamental nesta problemática o conjunto das práticas sociais, pertinentes quer na teoria da estratificação, quer na teoria das classes, embora sofrendo um tratamento teórico diferenciado, foi neste sentido que as «trabalhámos», irradiando daí uma espécie de síntese que, perspectivada teoricamente, condensasse em novos moldes a sua aplicabilidade aos novos dinamismos sociais protagonizados na realidade social actual. Procurou-se, assim, um melhor esclarecimento sobre algumas tendências trajectoriais encontradas hoje em dia, clarificando de forma concreta estes exemplos através do recurso a uma amostra da população do Porto, como já referimos. Julgamos, no entanto, que outro alcance teria a análise em questão, ao ter em linha de conta, por exemplo, o conjunto da população portuguesa, recorrendo-se, aos censos, cruzando uma análise sincrónica com uma análise diacrónica, e com base nisto, perspectivando-a no tempo. Estaríamos assim, tudo o leva a crer, na posse e informação que, não obstante algumas imprecisões advindas da «face oficial» dos dados, e portanto não reveladoras de situações «oficiosas» que tocam mesmo a chamada economia paralela (oculta), nos permitiriam, com maior precisão, perceber o alcance sociológico duma rede de relações estabelecidas entre fenómenos subjacentes a esta temática, tendo, em linha de conta, inclusivamente, novos elementos que entraram, entretanto, em «cena» — as novas fracções da Pequena Burguesia, por exemplo — bem como a sua articulação com os pré-existentes. Referimo-nos, entre outras coisas, aos projectos sociais de vida, subjacentes à configuração duma trajectória social passível ou não de viabilizar um movimento ascensorial, ou, por outro lado, permitir uma reprodução pelo topo superior da hierarquia, isto é, referimo-nos aos casos em que o «imobilismo» se fica a dever à proximidade com o *ponto de saturação*, medida, se assim se pode entender, por uma forte capitalização nas várias dimensões decisivas da vida social.

Seja como for, esta situação não nos parece ter constituído um entrave, na medida em que optámos, sempre que se considerou pertinente, por um

confronto empírico com um estudo recentemente efectuado a novos protagonismos sociais a propósito da recomposição socioprofissional. Por outro lado, os resultados que obtivemos na nossa análise, apesar duma certa dispersão de fluxos, são de alguma forma concordantes com o que já era esperado de antemão. Por outras palavras, a imagem de *escada rolante* tantas vezes associada a projectos de ascensão social, se, por um lado, adquire alguma pertinência, nomeadamente num contexto caracterizado predominantemente por uma maior e generalizada abertura sócio-económica, política e cultural, pautando, grosso modo, a população efectiva que «vê» assim o seu nível de vida substancialmente melhorado — lembremos, por exemplo, as regalias sociais e a melhoria salarial conseguida a partir de 1974 — por outro lado, questionou-se, e a nossa tese incide primordialmente aqui, se para além desta situação favorecida em contexto de mudança, a nossa sociedade não estaria a ser palco da concretização de projectos sociais ascendentes. Admitindo uma resposta afirmativa face aos novos dinamismos sociais e a novos protagonismos também eles dinâmicos, tentámos perceber, bem como o seu alcance sociológico, isto é, esteve sempre presente a preocupação de deslindar as vias institucionais possíveis subjacentes a estratégias inerentes a percursos mobilistas ascensionais.

Daqui ressalta que, o que num primeiro momento foi previsível como passível de se adequar à realidade, veio a concretizar-se ao longo deste estudo, e perante os resultados obtidos. Pese embora o nosso cuidado, como de resto o afirmámos, em inferir da amostra para a realidade, outros estudos, no entanto, corroboram a nossa análise.

Assim, e sucintamente, deste estudo se conclui que a estrutura social portuguesa caracteriza-se, actualmente por uma maior permeabilidade de agentes sociais em classes ou fracções de classes diferentes da de origem, viabilizando sempre que possível — porque é possível — a concretização de projectos sociais ascendentes.

Por outro lado, esta nova situação vivida em termos de maior abertura não se incompatibiliza com novas situações de pobreza (não obstante não terem sido estudadas por nós) e mesmo, diríamos, com situações oficiais de pobreza traduzidas, em termos officiosos, por novas formas (ocultas) de riqueza (económica) — ficando-se a dever estas situações à crescente precarização do mercado de trabalho⁵¹.

⁵¹ Para um desenvolvimento mais detalhado vd. J. F. DE ALMEIDA et al., *Exclusão Social— Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1992.

Voltando às trajectórias ascendentes, culminando algumas delas em mobilidades nitidamente ascendentes, diríamos que, a sua viabilidade é um facto, através do recurso, essencialmente a duas vias institucionalizadas: a escola, através das competências e saberes transmitidos através da passagem efectiva e bem sucedida pelos seus patamares superiores, e a empresa, quer através de iniciativas individuais (nem sempre consonantes com escolaridades superiores) favorecidas por um contexto de maior abertura económica, quer através de uma carreira empresarial iniciada, por vezes, precocemente — isto tanto mais expressão terá, quanto mais frequente for a fraca escolaridade dos protagonistas, situação, contudo, em nada comparável à dos quadros superiores assalariados incorporados laboralmente na empresa, cuja trajectória passa pela universidade.

Contudo, não se pense estarmos perante uma situação de ascensão social ilimitada. Note-se que, mesmo através da escola, e pese embora um conjunto de competências transmitidas, a hierarquização de cursos que em contrapartida marca actualmente o ensino superior deixa transparecer situações de chegada não lineares, apesar do *idêntico número de degraus* galgados através da passagem pela universidade. Ou seja, quer-se com isto referir uma não obrigatória identidade de chegada, apesar de eventuais identidades de percursos. Acresce ainda a esta situação a importância da descoincidência identitária no que concerne ao ponto de partida — classe de origem.

Desta forma, foi nossa intenção argumentar ao longo do trabalho, partindo dum corpo teórico que assumimos e reforçando esse argumento com base na exemplificação conseguida na vertente empírica, que a escola, *per si*, não garante automaticamente mobilidades ascensionais efectivas, nem nivela, pelo topo, anteriores diferenças sociais. Repare-se que a escola, apesar de tudo, continua a ser ainda palco de diferenças sociais, entroncadas desde logo na família de origem através da sua classe de pertença, pilar fundamental na construção dum *habitus* de classe, e que através dum trabalho pedagógico primário vai inculcando na geração descendente determinadas aspirações que orientam pré-disposições, circunscritas a níveis de vária ordem, e que nem sempre se pautam pela concretização forçosa duma «igualdade» niveladora pelo topo. Até porque, não raro, essas pré-disposições não passam pela escola superior, confinando-se à escolaridade obrigatória (salvaguardamos todas as situações que não atingem este limiar oficial mínimo); por outro lado, registam-se casos, e é aqui que radica o nosso argumento fundamental, em que a passagem bem sucedida pela escola, ficando-se a dever a uma descodificação assente em perspectivas virtuais

futuras de sucesso, consegue de facto ascensões sociais, entre fracções da mesma classe. As clivagens existentes internamente à Pequena Burguesia, exemplificam as movimentações sociais que dinamizam hoje a estrutura social. Retenhamos, por exemplo, os fluxos sociais com partida da PBE e em direcção à PBIC ou a PBTEI — fracções da Pequena Burguesia fortemente capitalizadas em diplomas e/ou chefias.

Temos presente que este tipo de fluxo social contém de facto trajectórias ascendentes. Não contestamos, deste modo, as movimentações sociais também já por nós referidas. O que nos parece, contudo defensável, é que apesar de se efectuarem, com algum significado sociológico, movimentos sociais, é com alguma reserva que traduzimos globalmente as trajectórias que daí ressaltam em ascensões ou declínios sociais, tomando o mesmo critério de *medição* para todas as situações *em trânsito* social, já que não se regista obrigatoriamente linearidade processual.

Finalmente, parece-nos mais frequente a passagem dumas fracções para outras dentro da mesma classe do que *saltos* nítidos, pautados pela mobilidade, duma classe social propriamente dita para outra — que ainda assim se vão verificando — sendo passível, no primeiro caso, a adjectivação dessas trajectórias em termos ascensionais ou declinantes, aquando da retenção de um critério ou outro aplicado parcelarmente, pese embora alguma dificuldade advinda em casos específicos. Isto é, o nosso argumento defende a permeabilidade da estrutura social a trajectórias móveis, salvaguardando-se, contudo, a paulatinidade típica a estas situações, o que impede uma alteração profundamente marcada na estrutura social. Convém lembrar, da importância da cristalização de hábitos, à qual se liga o enraizamento de valores, que embora em evolução também, não se transmitem aceleradamente; antes pelo contrário, talvez contornos da sua alteração, sempre pautatina, possam ser melhor observados entre gerações, provavelmente devido à força do *habitus*, que através do trabalho familiar se vai inculcando na geração seguinte, apesar de *à posteriori*, e graças à amplitude das desigualdades sociais sejam capazes de re-socializações passíveis de re-estruturar o *habitus* — *habitus* secundário através do alargamento do conjunto de relações sociais com entrada para a vida adulta, no qual os grupos de amigos e/ou grupos de referência são um exemplo.

Em suma, diríamos que a diversidade de trajectórias sociais é um facto, assim como a possibilidade de mudança — leia-se de mobilidade, o que, em última análise se traduz numa elevação da taxa de mobilidade social — situação atípica nos anos 60, segundo S. Nunes e D. Miranda — e que a virtualidade de trajectos ascendentes vão ganhando expressão real, tanto

mais notória quanto mais se recorre às duas vias de *crescimento* já de certo modo institucionalizadas, e que pautam essencialmente, apesar da não exclusividade, estratégias mobilistas da Pequena Burguesia.

Acresce ainda, e a corroborar a diversidade trajectorial, a heterogeneidade das dissonâncias por vezes encontradas entre trajectórias económicas e trajectórias sociais para a qual contribui, e uma vez mais, um *habitus* socialmente (des)capitalizado, todavia susceptível de ser alvo duma reconversão iniciada na segunda geração e cristalizada na seguinte, quando na presença duma não inflexão económica ao longo das gerações vindouras.

Apesar de termos privilegiado uma óptica classista na nossa contribuição empírica, é de referir que o presente estudo cingiu-se essencialmente à exteriorização da interiorização efectuada por cada uma das classes e fracções de classe relativamente à escola enquanto prática social, já que pela infinidade de variáveis pertinentes susceptíveis de traduzir as *práticas sociais* veríamos o nosso trabalho ultrapassar, em muito, o que nos propusemos realizar. Não obstante esta dificuldade prática, à qual se aliam algumas outras de índole empírico-metodológicas encontradas, julgamos ter de algum modo resolvido esta lacuna pelos recursos teóricos que fomos utilizando ao longo do trabalho.

Considere-se, pois, este *produto* como o início duma *trajectória teórica* ainda em desenvolvimento... e, portanto, inacabada.